



O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior, por gentileza, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Hoje, dia 26 de maio de 2004, faremos realizar audiência pública destinada a ouvir as partes no que tange ao processo de contaminação das águas e da desertificação na região de Vazante, Minas Gerais, em decorrência da exploração subterrânea de zinco, avaliando o desgaste ambiental lá ocorrido e, em consequência, as providências cabíveis para o problema.

Passarei a anunciar os nossos convidados para a presente audiência pública. Peço aos convidados que, quando os chamar, dirijam-se à mesa para aqui tomarem assento.

São convidados, hoje, o Sr. Gilberto Batista Diniz, fazendeiro de Vazante; o Sr. Gustavo Martinelli, biólogo e pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, especialista em Hidrogeologia; o Sr. Ricardo Barbosa dos Santos, representante da CMM – Votorantin Metais; o Sr. Leonardo Augusto Santos Melo e Carlos Henrique Martins Lima, Procuradores da República no Município de Uberlândia; o Sr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do DNPM, representando o Ministério das Minas e Energia; o Sr. Leandro Martins de Castro, Promotor de Justiça, Coordenador das Promotorias de Justiça e de Defesa dos rios Paracatu e Urucuia; o Sr. Edgar Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral de Vazante; o Sr. José Osanã de Queiroz, Síndico da massa falida da Mineração Aireiense S. A. – MASA, representando o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Pois bem, senhores. Esta é a segunda reunião desta Comissão que tem, como já declinamos, o objetivo de verificar o problema de contaminação e desertificação dessa região, segundo denúncias que chegaram à nossa Comissão. Já ouvimos a primeira leva de pessoas. Ouvimos, na reunião passada, técnicos e responsáveis por órgãos que fiscalizam o setor. Hoje, daremos continuidade.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª, Senador Hélio Costa. Antes, porém, devo desculpas pelo meu atraso. Às quartas-feiras é uma loucura: temos três reuniões simultâneas. Como se não bastasse, ainda tínhamos duas audiências fora. Estava tentando deslindar-me desses fatos, bem como os Srs. Senadores também. Estamos votando a aprovação de um Ministro do Supremo. Daqui a pouco teremos que nos revezar para a votação. Realmente, a hora ficou curta. Minhas desculpas pelo atraso.

V. Exª tem a palavra pela ordem, nobre Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero cumprimentar-lhe pela iniciativa. Como mineiro, como Senador por Minas Gerais, tenho a preocupação com o tema que é evidente de parte de um representante do Estado. Vejo que V. Exª está no caminho certo ao ouvir as partes. Trata-se de uma



questão que envolve uma região importantíssima de Minas Gerais, não só do ponto de vista da extração mineral, mas sob o ponto de vista agropecuário.

Senti, em minhas conversas iniciais com os convidados de V. Ex^a, que inevitavelmente temos dois lados para essa questão. Sugiro a V. Ex^a que, para o bom andamento desta audiência pública, determine quantos minutos cada um poderá falar, com um máximo de dez minutos. Caso contrário, ficaremos três horas apenas ouvindo as informações. Sugiro, ainda, que V. Ex^a procure distribuir os depoimentos entre prós e contras, alternadamente, para que cheguemos à primeira hora já com uma noção das duas posições.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Nobre Senador a colocação de V. Ex^a é muito racional. Contudo, a Mesa tem dificuldades com relação à segunda questão, ou seja, não sabemos quem é pró e quem é contra. Estamos ouvindo todos os órgãos envolvidos, mas não tomamos partido; e, até agora, não sei lhe dizer. Estamos continuando a ouvir, mas eu não sei definir...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não haverá qualquer dificuldade em perguntar aos convidados quem quer falar a favor e quem quer falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Eu ia seguir a ordem, que está aqui colocada, pela qual o Sr. Gilberto seria o primeiro; o segundo seria o Sr. Gustavo Martinelli; o terceiro seria o Sr. Ricardo Barbosa.

Pergunto se há alguma sugestão de modificação dessa ordem, porque sinceramente nós não temos *parti pris* nesta causa. A preocupação é exatamente ouvir para fazer um juízo de valor.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Vou lhe dar uma idéia.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a ouvi evidentemente o primeiro da lista, que é o Sr. Gilberto Batista, que tem uma posição dos agropecuaristas, e, evidentemente, depois, vai ouvir alguém que represente a empresa, como é o caso do Sr. Ricardo Barbosa, representante da CMM. Penso que já começamos por aí mostrando os dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Sim; Senhor.

Não há nenhum problema. Como vamos ouvir todos, veremos que a ordem dos fatores não altera o produto. Assim, vamos determinar de dez a quinze minutos para cada intervenção; porém, aos dez minutos, aviso ao orador.

Peço o Sr. Secretário que faça o controle do tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Batista Diniz para fazer a sua exposição.

O SR. GILBERTO BATISTA DINIZ – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia Srs. Senadores, convidados, senhoras e senhores.

Falo aqui em nome dos fazendeiros de Vazante e em meu nome pessoal. Sou filho daquela cidade; nasci e me criei ali onde se situa a mineração. Ali nasceram meus pais, avós e bisavós, e é com muita tristeza que eu estou aqui hoje. Essa tristeza se deve à infelicidade de ser fazendeiro em uma região de mineração. Isso não coloca o meu posicionamento contra ou favor de quem quer que seja, como estabeleceu o nobre Senador Hélio Costa. Contudo, S. Ex^a me perguntou, ainda no início desta reunião, que solução dar para este problema.



Entendo que a solução tem que ser dada pelos órgãos governamentais e não pelas partes. A estas cabe apenas o papel de informar as autoridades o que está acontecendo e as providências cabíveis. No âmbito particular, cabe a cada parte tomar as suas atitudes, e eu já tomei aquela que acho que deveria tomar, buscando o Judiciário.

Assisti aos depoimentos feitos aqui perante esta Comissão no dia 19 e pude perceber a falta de importância de valores históricos, de valores culturais, sociais e familiares do nosso povo, pelas falas dos diversos representantes que aqui estiveram, que são os responsáveis pela fiscalização, órgãos que acham que a questão econômica tem que prevalecer sobre as demais questões.

Então, nesse caso, melhor seria varrer Vazante do mapa e deixar a mineração prosperar naquele local, ou, então, fazer como fazem as empresas de energia elétrica que, ao construírem uma barragem, como esta ocupará um certo espaço, desapropria o terreno e muda a cidade para um outro local, e está resolvida a questão. Grosso modo é isso que o Senador Hélio Costa me perguntou.

Achei muito interessante a fala do ilustre representante do DNPM, Dr. João César, que disse que é ponto de honra a mineração sustentável. Para nós, fazendeiros, nós queremos saber o que é essa sustentabilidade, porque isto já está na Constituição. Contudo, quem faz cumprir essa sustentabilidade? Lá na nossa região a gente não vê isso, Senador. Não se sabe quem é que vai fazer isto. E nós estamos pagando este pato, como toda a população, ficando em meio a esse lengalenga continuo dos diversos órgãos e seus fiscais que vão lá. Isso só serve aos interesses da Votorantim, porque a questão já se arrasta há mais de trinta anos sem que se tome qualquer providência.

A Constituição dispõe que o BNDES não pode financiar infratores. O representante da FEAM vem aqui e diz que foi autuado, que foi multado. Ora, se foi multado, por que o BNDES então concedeu financiamento ao infrator? Isso é preciso ser apurado por uma Comissão como esta. Não se trata, pois, apenas de fatos; trata-se de atos. Penso que, ao invés de ficarmos só discutindo, precisamos de mais ação, o que não existe por parte dos órgãos fiscalizadores. Isso V. Ex^a pode ter certeza.

Tenho aqui uma cronologia de fatos. Isso começou com um estudo do IPT, que é um órgão indiscutível competência e fora de qualquer questionamento. Trata-se do Relatório nº 24.455, de setembro de 1986 – portanto, são quase vinte anos. E o mesmo diagnóstico a que o IPT chegou naquela época é o que todo mundo está discutindo hoje. Será que em vinte anos não se acha uma solução para esse problema? Em vinte anos já morreram meus pais, meus avós e meus tios; provavelmente, eu vou morrer nos próximos vinte anos, e o que vai ser dessa população que vem? Ao invés de a companhia, hoje, lá em Vazante, manipular tudo, eleger como Prefeito um dos seus empregados, nomear um dos seus empregados como Presidente do Codema, cercear a liberdade de imprensa e de informação, demitir empregados que não são a favor do que a companhia deseja, por que ela não utiliza o que a lei lhe permite? Ao invés de ficar oferecendo chopinhos, rodadas de jantares para os fiscais que vão lá, resolva a questão de uma vez por todas, assuma a sua responsabilidade.

Ninguém quer que a companhia feche, não.



V. Ex^{as} estão vendo as cenas projetadas. Isso são dolinas; uma dessas dolinas foi aberta no quintal da casa da minha mãe e engoliu o chiqueiro, o paiol e os pés de manga plantados há muitos anos. E sabem o que fez a companhia? Ela mandou para lá os seus caminhões fora de estrada, derrubou parte do morro dentro da nossa propriedade e soterrou essa dolina para desaparecer com ela daquele local. Então, a nossa preocupação com esse lengalenga é que quanto mais isso se delongar, mais eles irão desaparecendo com as provas. Agora, se isso é ético, cabe a esta Comissão e às autoridades interpretar e tomarem as providências, porque nada mais podemos fazer do que denunciar.

Nesse relatório, que é de 86, já se fazia referência a fraturamento do solo, às características hidrogeológicas que iriam piorar se a mineração continuasse, à ocorrência de grandes fluxos d'água e, ainda, que esse bombeamento daria origem a diversos vazios, considerava, por fim, de alto risco a implantação da mineração por falta de conhecimentos geológicos.

Ora, se eu vou fazer um empreendimento, no mínimo, tenho que estar habilitado para aquilo e conhecer aquilo que será feito, coisa que esse grupo nunca fez. Está tentando fazer esse trabalho empiricamente dizendo "dane-se" aquele que for prejudicado.

Esta Comissão propôs a ida dos Srs. Senadores ao local para que S. Ex^{as} vejam **in loco** o problema. E eu gostaria que eles vissem aquilo que está circulado ali. O que está circulado em verde é o rio Santa Catarina, a principal fonte de água que temos no Município. O que está riscado em preto, à direita, é o que era o córrego da Barroquinha e do Barroirão. Eles não existem mais; estão secos. Agora, para as autoridades, a companhia tem a cara-de-pau de dizer que isso é um córrego intermitente. Onde está circulado em baixo com o meu nome foi onde eu nasci. Nesse local, tomávamos banho, passeávamos; toda a população vivia dessa água. E não há mais um fio de água; há apenas água da chuva que juntamos em barragens para o gado beber. V. Ex^{as} poderão ver lá esse processo de desertificação. A representante da FEAM disse que desertificação não tem nada a ver com a falta de água.

Então, V. Ex^{as} poderão ver de perto que há mais de duas mil dolinas. A companhia diz que é um processo natural. Literalmente é um processo natural, porque o homem não consegue fabricar uma dolina, mas quando tira a água do subsolo os buracos aparecem. Essa série de buracos que V. Ex^{as} estão vendo fica na porta da minha casa. Aquela estrada que está lá é por onde passamos para chegar a minha casa. A minha mãe hoje, com 92 anos, já não vai a essa fazenda, que é dela, porque tem medo disso desabar. Mas como tirar isso da cabeça de uma pessoa?

Agora, questões técnicas são resolvidas por órgãos técnicos. Vejam que a área estabelecida para a ocorrência disso, pelo IPT, é de 91km². Então, todas aquelas pessoas que estão dentro dessa área estão sujeitas a isso aí, e todos os dias estão ocorrendo dolinas. Há quinze dias apareceram duas dolinas dentro das minhas pastagens e tive que retirar o gado de lá, porque, se o gado cai e morre, quem irá reparar os prejuízos? O DNPM não vai lá olhar isso; a FEAM não vai; o Ibama muito menos. Eles já chegam lá doidos para poder voltar – e presenciei isso várias vezes. Alguém disse que não ia lá para fazer turismo. Eu disse que iam sim, porque eles não vão olhar o que denunciamos, e as denúncias caem no vazio.



Vejam uma outra situação perversa. Temos a Lapa Nova, que é considerada a segunda gruta mais importante do País. Há mineração no sopé da Lapa Nova, dentro da área urbana do município de Vazante, e o consultor da FEAM, contratado para ir lá fazer um relatório, foi contratado depois pela Companhia Mineira de Metais para fazer o RCA do empreendimento a fim de que ela pudesse apresentá-lo aos órgãos de fiscalização. Ora, se fosse no âmbito do Direito, que é a minha área, seria advocacia do diabo, quer dizer, a mesma empresa que faz um laudo para o Governo que fiscaliza é a mesma empresa que faz o RCA/PCA do infrator. Agora, qual é o órgão que irá lá para dizer que está errado?

Vejam o que diz esse consultor: “O empreendimento causará um impacto forte, porém reversível, sobre o conjunto paisagístico da Lapa Nova, Morro da Lapa. Sobre o meio socioeconômico, cultural, local e regional pode identificar-se a ocorrência de um impacto negativo sobre a tradição de visitação à gruta pelos romeiros” Isso é social, cultural, histórico, e economicamente não tem importância nenhuma.

Tenho aqui mais vinte ocorrências de laudos do FEAM, laudos do Instituto Adolpho Lutz, laudos da Universidade Federal de Uberlândia, feito a pedido do Ministério Público Federal, que chegaram à mesma conclusão: contaminação das pessoas e rebanhos. O município de Vazante é grande produtor de alimentos que, na sua maioria, vão para Brasília e Belo Horizonte. A população daqui pode estar consumindo esses alimentos contaminados por metais pesados.

Nós que exportamos quase US\$50 bilhões de grãos e de carne estamos sofrendo essas conseqüências. Será que o mercado internacional que compra essa carne, esses grãos ficaria satisfeito em saber que temos metais pesados contaminando esses produtos. Vejam a fala do Presidente Lula, ontem, em Pequim: “Recado a empresários de má-fé”. Sobre a simples contaminação de fungicida na soja que foi exportada para aquele País, o Ministro Roberto Rodrigues prometeu a Chang Xiang que essas empresas só voltarão a exportar depois que tudo estiver esclarecido. Até lá as empresas “x” não poderão exportar soja brasileira.

Ora, se um fato como esse, para um País que está gastando milhões para abrir mercados, chegar ao conhecimento das autoridades que compram os nossos produtos, será que teremos o que exportar?

Ora, o homem não vale só pelo aspecto econômico; ele vale por seus valores, suas qualidades e, sobretudo, pela sua honra. A minha fala é no sentido de chamar a atenção da autoridades para fazer aquilo que a Constituição determina. Cumpram com o que determina a Constituição e não teremos discussão nenhuma em Vazante.

Tudo que disse está aqui documentado e vou encaminhar à Mesa. Ficarei à disposição dos Senadores, porque o Senador Hélio Costa só viu notícias a favor da mineração. Sinto muito, Senador, V. Ex^a não está lendo então os outros dados que estou colocando à sua disposição.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Agradecendo o fornecimento da documentação à Mesa e a sua exposição, passo a palavra ao Senador Hélio Costa e, em seguida, ao Sr. Ricardo.



O SR. HÉLIO COSTA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, devo consertar as declarações do Sr. Gilberto Batista. Não disse que só vi notícias boas sobre a mineração. O que disse é que tenho informações dos dois lados, e as informações que tenho, de um lado e de outro, me levam, inclusive, a entender a necessidade dessa audiência pública. Não disse, repito, não disse que só recebi notícias boas da empresa; pelo contrário, disse a V. S^a que estou de posse de documentos dos dois lados. Evidentemente, V. S^a defende a sua posição, como a empresa, a dela.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Ricardo Barbosa dos Santos, representante da CMM, Votorantin Metais.

O SR. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – Exmo. Sr. Ney Suassuna, Senadores aqui presentes e demais convidados, gostaria de apresentar a V. Ex^{as} o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Perdão, Sr. Ricardo, mas gostaria de anunciar que está aqui também presente o Deputado Romeu Queiroz, PTB – MG. Seja bem-vindo, Excelência.

O SR. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – Como não tivemos nenhuma oportunidade de mostrar aqui este trabalho, gostaria primeiramente de situar Vazante, que está dentro de uma *holding*, que é a Votorantin Metais, que tem outros negócios como aço, zinco e níquel. Com relação ao zinco, temos em Vazante e Paracatu minerações e em Três Maria e Juiz de Fora uma metalurgia.

Vazante está situada no Noroeste de Minas Gerais.

A Votorantin está na região de Vazante desde a década de 50, quando foi fundada, mais precisamente em 1956, para explorar jazida de zinco presente em Vazante.

Em 1961, iniciamos as pesquisas; em 1969, embarcou o primeiro minério concentrado para a usina de Três Marias.

Atualmente, existem mil postos de trabalhos diretos na unidade de Vazante.

Já no início da década de 80, sentimos a necessidade de desenvolver uma mina subterrânea, porque no início a mina era a céu aberto. No desenvolvimento dessa mina e ao longo do processo de licenciamento, vimos as questões de vazão de água que apareceram.

Em 1993, depois de vários estudos, iniciamos a operação, com uma licença expedida pela FEAM, com um bombeamento de 3.500m³/h. Era um bombeamento que iniciou lentamente; e assim procedíamos exatamente para que o solo, maciço rochoso, pudesse absorver essa variação.

Em 1998, vislumbrando a necessidade de atingir níveis mais profundos, incrementamos para 5.000m³/h, tudo de acordo e com conhecimento dos órgãos ambientais que nos licenciavam.

Acontece que em abril de 1999, no desenvolvimento de uma galeria de drenagem, encontramos uma vazão, uma assurgência de água que não era esperada, ocorrendo um grande afluxo para dentro da mina. Nesse momento tivemos dois problemas: primeiro, aumento da turbidez da água que foi bombeada para a superfície, que era água proveniente da mina; segundo, a ocorrência de abatimentos.

Um cronograma dos acontecimentos: em abril de 1999, a vazão de que falei. No mesmo mês, comunicamos a todos os órgãos interessados – FEAM,



Codema e até o Ministério Público. Entre abril e agosto de 1999, como disse, uma vez que aumentou a turbidez da água para a jusante do local da empresa em relação ao rio, causou um desconforto para os proprietários à jusante. Então, a empresa reuniu-se duas ou três vezes com esses fazendeiros para que achássemos uma solução intermediária, uma vez que a solução definitiva levaria algum tempo. Nessa reunião, inclusive, temos a agradecer os proprietários pela solicitude. Todos eles foram muito solícitos em desenvolver projetos conosco. Em setembro de 1999, já iniciamos o atendimento a esses fazendeiros.

Em outubro de 1999, já iniciado esse trabalho, numa fiscalização da FEAM, a terceira após o acidente... Vale dizer que a FEAM, nesse período do acidente até hoje, talvez tenha feito mais de quarenta fiscalizações nessa área. Somos uma empresa extremamente fiscalizada. A FEAM, então, entrevistando os fazendeiros, os ribeirinhos, já notavam um nível significativo – isso está escrito no auto de fiscalização – de aceitação da população frente às medidas tomadas com relação à alternativa de água para esses proprietários.

Aqui são algumas das ações executadas para levar água até esses fazendeiros uma vez que não tínhamos nenhuma solução parcial ou definitiva naquele momento. Então, instalamos a água alternativa. Só para se ter idéia, 100 quilômetros de tubos foram aplicados para fornecer água. Onde não havia energia elétrica, levamos energia para ligar as bombas, sendo instalados 20 mil metros de redes de energia aplicadas nessa região à jusante de CMM. No total, foram 107 proprietários atendidos com água e 37, além da água, também com energia.

Já em outubro iniciamos a construção de uma bacia para que pudéssemos clarificar essa água, que saiu turva da mina. Vale dizer que essa turbidez era devido à argila proveniente do rebaixamento brusco do lençol naquela época. Já fazíamos a clarificação. Já em fevereiro de 2000, esse módulo, como chamamos a barragem provisória, já estava funcionando, e a água estava sendo clarificada.

A solução definitiva veio em janeiro de 2001, quando construímos uma barragem com capacidade para mais de 20 anos.

Temos aqui um aspecto da coleta. Diariamente é coletada a água dessa barragem para análise da qualidade da mesma.

Continuando no cronograma, vale dizer que tivemos alguns processos administrativos junto ao órgão ambiental do Estado. Em setembro de 2000, foi pedida uma suspensão da nossa licença de operação. Em dezembro de 2000, o próprio Conselho de Política Ambiental do Estado, numa reunião da Câmara de Mineração, julgou improcedente o pedido de suspensão dessa licença, após a visita de todos os conselheiros à região.

Em março de 2001, em função de modificações no projeto da lavra subterrânea, solicitamos um pedido de licença de operação corretiva. Já tínhamos a licença de operação e pedimos uma correção. Nesse meio tempo, tivemos várias audiências públicas. Tivemos uma audiência pública do COPAM, na cidade de Vazante, com relação a essa licença. Em setembro de 2001, após denúncias na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Minas, tivemos uma audiência na cidade de Vazante, com a presença dos Deputados Estaduais membros da Comissão. Em maio de 2002, tivemos uma audiência pública na Câmara Federal. Em dezembro de 2002, tivemos a nossa licença de operação



corretiva aprovada na reunião da Câmara de Mineração do COPAM. Em junho de 2003, firmamos um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público em função de tudo isso que estava acontecendo. As ações, no momento, estão sendo executadas. Algumas já foram cumpridas; outras estão por cumprir. Em novembro de 2003, obtivemos a outorga do Instituto de Gestão das Águas de Minas para o rebaixamento do lençol, uma vez que, vale dizer, a legislação não previa, no passado, o licenciamento para o rebaixamento de lençol, o que veio a acontecer mais recentemente. A empresa entrou com processo.

Esses pontos amarelos são pontos de monitoramento que temos do aquífero. Monitoramos o aquífero. Em verde, são as instalações da Companhia Mineira de Metais e, circulado em branco, está o Município. Temos hoje 160 pontos de monitoramento próprios da empresa e mais outros 110, que são cisternas e poços da região que são monitorados.

Fazemos também o balanço hídrico de todos os córregos e rios da região. Outros monitoramentos que desenvolvemos: o monitoramento da qualidade das águas, tanto superficiais quanto subterrâneas, e podemos dizer, com tranquilidade, que todas as águas estão de acordo com o padrão da legislação brasileira atual. Inclusive, análises recentes das águas subterrâneas, já dentro do processo do termo de ajustamento de conduta, mostram que a água subterrânea na área, tanto de Vazante quanto da Companhia Mineira, tem qualidade de água potável.

Fazemos também o biomonitoramento. São várias espécies de árvores e arbustos que são monitorados periodicamente para verificar o seu estado fitossanitário. Monitoramos efluentes líquidos, a qualidade do ar, e também fazemos vários nivelamentos na região.

A questão que se toca aqui, de dolinamentos, é delicada, porque envolve inclusive um processo natural; a dolina é um evento geológico. Em regiões cársticas, naturalmente já ocorre esse fenômeno geológico. As causas de um dolinamento são variadas, como a qualidade do solo, desmatamento, acúmulo de água, drenagens mal feitas, vazamentos, cidades que estão situadas em regiões cársticas; enfim, a questão dos vazamentos é complicada nesse tipo de região. A variação do nível da água também é uma contribuição para isso. Então, podemos dizer que a ocupação de regiões cársticas hoje, no País é pouco estudada. E a CMM tem investido muito no conhecimento desse fenômeno.

Quando ao processo de formação, mais claramente, temos aqui a rocha calcária, com cavernas, e aqui o solo. Dependendo da qualidade dos solos, então, em períodos de chuva, a água penetra no solo e rompe a estabilidade que havia entre o solo e a rocha, na fratura. Com isso, essa terra, esse solo, é carregado para dentro da caverna. Por isso, às vezes, quando vemos uma dolina ocorrer dizemos: "Poxa, mas isso abriu agora?" Não. Esse é um processo que pode levar dias, meses, anos, depende muito da região.

Aqui são exemplos de dolinas antigas que ocorrem na região de Vazante. Nós mapeamos centenas de dolinas antigas. Dessas dolinas apresentadas, podemos mostrar dolinas até piores, que existem na região, e que são muito antigas. Essa é uma dolina de idade geológica, com quase cem metros de diâmetro. Aqui está um carro para servir de escala. Então, estamos mostrando uma dolina na região de Vazante.



Essa também é uma dolina. Ela ocorreu na década de 60. O proprietário desse terreno, ao construir essa cerca, quando terminou, ocorreu a dolina. Inclusive, os mourões estão no ar. Essa dolina está há aproximadamente uns dez quilômetros ao Sul dos empreendimentos da Companhia Mineira. Ela ocorreu na década de sessenta. Vale dizer que o nosso processo de rebaixamento iniciou-se no início da década de noventa.

Essa também é uma dolina antiga ocorrida ao Sul de Vazante, na década de oitenta.

Essa também é uma dolina antiga, descoberta na década de oitenta, ao Sul de Vazante.

Então, aqui demonstramos que esse processo é natural, e que ocorre normalmente em Vazante. É claro que o rebaixamento contribui, mas não é a causa principal. Ele, por si só, não é causador de dolinamentos.

Aqui são exemplos de bombeamento. Existem várias minas no mundo que promovem o bombeamento. Digo isso até para que não fiquemos com essa idéia de que Vazante é um caso único no mundo. Essa é uma atividade normal em mineração - os bombeamentos. E a da convivência com esse bombeamento, inclusive em regiões cársticas... Esse bombeamento que estou mostrando ocorre em regiões cársticas.

Hoje, o nosso bombeamento está em torno de 5.500m³/h. Há minas, que visitamos, bombeando até 7.100m³/h. Na Namíbia, há minas bombeando até mais. Então, essa é uma atividade normal em mineração.

Discordo quando falam que a empresa não tem uma parceria com a comunidade. Inclusive, temos vários projetos no Município e fora dele. Gostaria até de passar isso aqui, mas o meu tempo está se esgotando. De qualquer maneira, vale ressaltar que temos parcerias com o Instituto Estadual de Florestas na produção de mudas. A empresa, hoje, produz em torno de 150 mil mudas anuais, que são distribuídas na região e usadas também na recuperação paisagística da área.

Fazemos todo o gerenciamento do nosso resíduo.

Com relação a Lapa Nova, também discuto as colocações quanto à proteção do patrimônio espeleológico. A gruta da Lapa Nova, conforme o Sr. Gilberto disse anteriormente, é uma grande gruta; é uma das maiores grutas em calcário de Minas Gerais, e essa gruta é extremamente impactada pela visitação. Há doze anos, a empresa financia guias que ficam lá doze horas por dia, de sete da manhã às sete da noite, para orientar a visitação. Na época de romarias, que são principalmente no início do mês de maio, em torno de cinco mil visitantes passam por essa gruta.

Então, temos uma parceria com o Ibama/Cecav, que é a instituição do Ibama que cuida das cavernas. Eles sempre participam conosco na proteção da gruta em época de visitação intensa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – Aqui, só para deixar clara a nossa situação atual. Temos todas as nossas atividades e processos licenciados junto a qualquer órgão, seja DNPM, seja Ibama, seja FEAM, IEF ou



qualquer outro, inclusive temos a outorga do rebaixamento do lençol e a licença de operação dessa mina subterrânea.

Aqui estão os certificados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Barbosa dos Santos.

Passamos agora a palavra ao Dr. Gustavo Martinelli, biólogo, pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, especialista em Hidrogeologia.

V. S^a dispõe de quinze minutos.

O SR. GUSTAVO MARTINELLI – Obrigado, Srs. Senadores, autoridades aqui presentes. Gostaria apenas de reparar aqui que não sou especialista em Hidrogeologia, mas, sim, em Biodiversidade. Meu nome é Gustavo Martinelli, sou pesquisador titular do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e tenho trabalhado, ao longo dos meus trinta e três anos, com inventários de biodiversidade, especificamente no componente flora e também com um tema focal de biodiversidade em montanhas ou regiões rochosas.

Foi no âmbito dessas atividades que, visitando diversas regiões, tive um pouco o desprazer de conhecer e visitar a região de Vazante em 2002. Lá pude constatar todos esses processos de dolinamentos e poluição de água, enfim, tudo que acho que já extremamente debatido aqui.

Meses depois fui convidado pelo Dr. Carlos de Assis para escrever um texto num livro em que ele estava editando sobre a problemática e solicitei a ele que gostaria, antes de concordar, de verificar o manuscrito, o teor do seu livro e quais eram os documentos em que ele estava se baseando para a elaboração do livro.

Após examinar essa documentação toda, que, na verdade, são documentos técnicos, específicos, com laudos, pareceres etc., escrevi um texto que chamei de “Crateras do Absurdo” – o título do livro é **Crateras da Cobiça** –, apenas para considerar que, em pleno séc. XXI, quando o governo, a sociedade, os países, principalmente a partir da assinatura da Convenção da Biodiversidade, em 1992, falavam, discutiam e faziam esforços para trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentado, incluindo nesse conceito a sociedade humana, havia, do meu ponto de vista, uma incongruência, uma desconexão, quase um confronto, entre o discurso do desenvolvimento sustentado e a realidade que se aplicava.

Desse ponto de vista, existem várias maneiras de interpretar as questões envolvidas. Gostaria de não entrar nas questões técnicas, nas tecnicidades dessa situação específica em Vazante. Creio que ela envolve, de certa forma, questões de Direito ambiental, dos efetivos danos ambientais e sociais, dos prejuízos econômicos, das tecnicidades das causas e conseqüências dos desastres ecológicos que já ocorreram e que podem e que continuam – ao que parece – a ocorrer e que podem vir a ocorrer.

Penso que isso também tem a ver com um modelo meio perverso de economia, promovido por um tipo de exploração que envolve as políticas públicas, atribuições, organismos de poder público, em todos os níveis, muito bem caracterizados pelo autor deste livro.

A grande convicção é de que as pessoas podem modificar os seus comportamentos, cooperar entre si, destinando-se a promover algumas mudanças em nosso comportamento com relação ao meio ambiente. Do ponto de vista global,



há 12 anos, assinaram a Convenção da Biodiversidade, concordando com uma estratégia mundial para a conservação dos recursos naturais, inclusive o Brasil, cujo conteúdo principal preconizava que a conservação não é o contrário do desenvolvimento, mostrando que conservar consiste tanto em proteger como em utilizar racionalmente os recursos naturais, e que a conservação destes é indispensável para que a sociedade humana possa viver com dignidade e garantir o bem-estar das gerações atuais e das futuras.

É preciso substituir o discurso teórico pela prática, transformando o conceito de desenvolvimento a qualquer preço pelo conceito de desenvolvimento sustentado, no sentido que esse conceito inspire e oriente aqueles que consideram que vale a pena cuidar dos seres humanos e dos recursos naturais e que acreditem que entre os destinos de ambos existe uma relação de interdependência.

Do meu ponto de vista e novamente deixando as tecnicidades, laudos e pareceres que me parecem suficientes para o cenário, vamos dizer, técnico, o princípio fundamental deve ser levado em conta em dois pontos: primeiro, as condições básicas para a existência das pessoas de uma localidade ou região dependem dos recursos locais e regionais e, conseqüentemente, a diminuição ou deterioração dos recursos naturais colocam em perigo a satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência atual e das gerações futuras. Em segundo lugar, temos de decidir que não estamos condenados ao fracasso, que podemos fazer alguma coisa, garantindo que as vantagens do desenvolvimento se distribua mais eqüitativamente e aprender a conservar esses recursos naturais. Por outro lado, existe o fato de que os progressos em relação ao conceito de sustentabilidade têm sido lentos, mas se verifica a necessidade de incorporar na planificação e na ação medidas jurídicas sociais, econômicas e técnicas voltadas para a sustentabilidade em todos os planos, sob todos os níveis governamentais, já que o Estado é que tem esses principais mecanismos estratégicos.

Há que se considerar também que as forças do mercado podem contribuir para objetivos de crescimento de curto prazo, evidentemente. Mas, por não considerarem, na maioria das vezes, as conseqüências, longo prazo, da sua ação, podem diminuir a eficiência da economia já que afetam a estabilidade ambiental e social e, principalmente, não incluem, em seus custos, as externalidades e não quantificam economicamente os danos ambientais.

Atualmente, de uma forma global, mecanismos de mercado já contabilizam e consideram os freqüentes efeitos negativos sobre o meio ambiente, modificando, ainda que de forma inicial, seus princípios e conceitos através de mudanças drásticas dos modelos de gerenciamento e planejamento. Em nível global, a situação é piorada pelas crises da dívida do chamado Terceiro Mundo, países em desenvolvimento, que força os governos de muitos países a fazerem escolhas antiecológicas contra os interesses dos seus povos e dos ambientes naturais.

A situação em Vazante, para concluir, aponta para a necessidade de reflexão sobre o padrão ou conceito de desenvolvimento que se quer adotar e leva para um confronto entre o discurso e a prática, envolvendo todos os atores e vetores responsáveis pela questão, e a necessidade urgente de reverter o atual quadro de degradação e de descaracterização ambiental e da preservação, proteção e conservação dos recursos naturais, com situações críticas e totalmente



absurdas apontadas pelos dados, laudos, pareceres, medições de especialistas e das instituições responsáveis, como a questão envolvendo os níveis de rebaixamento de poluição da água do maior aquífero de água doce do Brasil e um dos maiores do mundo, dos processos de dolinamento e subsidiência, dos processos de ressecamento, quase uma desertificação a que está exposta e visível na região, cuja dimensão e conseqüências são imprevisíveis no que diz respeito à garantia dos padrões mínimos de qualidade de vida quanto ao futuro da região para as próximas gerações.

Os pontos principais, que chamo de confronto entre o discurso e a prática, são: enquanto o Governo brasileiro faz um enorme esforço para salvar um dos principais recursos hídricos deste País, o rio São Francisco, envolvendo todos os setores do Governo, sociedade, comunidades locais e políticos, convivemos com uma realidade e assistindo à poluição de um rio que deságua no rio São Francisco.

Cientistas, especialistas e instituições de todo este País, do qual eu participei, trabalharam e debateram durante anos, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia e outros Ministérios, para caracterizar as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e dos biomas brasileiros e que, apesar de pronta desde o ano passado, foi assinada no dia 21 de maio deste ano, sexta-feira passada, pelo Presidente da República em exercício e pela Ministra do Meio Ambiente, reconhecendo, oficialmente, as 900 áreas prioritárias do Território brasileiro, da qual a região onde se situa o município de Vazante é considerado como de importância ecológica extrema, especialmente para o grupo de aves e peixes. E, nessa região, assistimos e convivemos com todos esses processos de destruição ambiental, motivo da presente audiência pública.

Numa época em que a preocupação nacional e planetária se concentra no declínio dos recursos água para consumo humano, produção de alimentos e de energia elétrica, estamos diante de uma realidade visível de uso irracional de um dos maiores aquíferos de água doce do mundo e da poluição e contaminação de recursos hídricos importantes para um desenvolvimento sustentável da região, para a produção agrícola e para o consumo humano.

No momento em que esforços são direcionados para evitar os processos de desertificação verificados em diversas regiões do País, envolvendo campanhas e ações de combate a esse perigoso processo, com custo de recuperação altíssimo, ficamos diante de uma realidade visível e concreta de drenagem das águas superficiais, envolvendo todos os ecossistemas aquáticos interligados com a bacia de aporte, implicando no desaparecimento de lagoas e poços, que pude visitar, assim como a extinção de nascentes.

Num país como o Brasil, com uma legislação ambiental aprimorada, com órgãos e instituições de reconhecida competência técnica para lidar com todas as questões envolvidas e com os desastres já ocorridos, parece, no mínimo, paradoxal que continuemos a conviver com uma questão dessa dimensão e importância em que as ações parecem incidir apenas sobre medidas mitigadoras pontuais e seletivas, num varejo da situação, esclarecimentos e discursos e de prática nada é efetivamente feito para sustar e definitivamente serem cumpridas as leis e os códigos ambientais.



Por fim, o que ocorre, no meu ponto de vista, em pleno século XXI, em Vazante, não é um absurdo de Minas Gerais, do Brasil ou da América Latina; é um absurdo planetário, de conseqüências imprevisíveis, que, além de mostrar a fragilidade institucional dos organismos públicos responsáveis, mostra o paradoxo a que estamos sujeitos entre o sistema político responsável pela gestão da economia e o sistema político responsável pela vida da população, pelo futuro da sociedade e pelos recursos vitais e necessários à sobrevivência humana.

O caso da mineração em Vazante é um exemplo do absurdo, em termos de impunidade, de falta de visão econômica, social e ambiental, além de ser um exemplo da distância entre o discurso e as práticas de uma empresa, que não enxerga que a tragédia ambiental e social que promove cada vez mais se transforma num desastre econômico e, em última análise, num grande absurdo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Gustavo Martinelli, biólogo e pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Henrique Lima, Procurador da República no município de Uberlândia.

SR. CARLOS MARTINS HENRIQUE LIMA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, bom dia a todos.

Apenas para esclarecer, fui Procurador da República no município de Uberlândia, atualmente já não estou mais à frente do problema. O problema está com meu colega há cerca de dois meses, e por isso vim aqui para tentarmos captar mais alguma coisa para que possamos gestar alguma solução para o problema.

O problema local existe, a companhia, inevitavelmente, tem reflexos na sociedade local, na circunvizinhança, e não conseguimos ainda nem vislumbrar exatamente qual é o alcance desses problemas. Tive a oportunidade de ir até à cidade e verifiquei que há, como não poderia deixar de ser, reflexos nos vizinhos imediatos; há reflexos em vizinhos um pouco mais distantes; há comunidades que são um pouco mais desassistidas que ficam no caminho do rio e que também sofrem algum reflexo.

O nosso trabalho, durante o exercício em que ficamos à frente do problema foi no sentido de tentarmos gestar soluções para que a sociedade local pudesse ser atendida quando a esses reflexos. Tivemos poucos avanços, devemos reconhecer, poucos avanços concretos, mas podemos verificar a boa vontade das partes de lidar com o problema, de reconhecer que existe um problema e que é necessário tentar resolvê-lo.

A dificuldade maior que temos encontrado – vou me referir exatamente à questão da tecnicidade dos fatos – é que para cada argumento de um lado existe um contra-argumento forte do outro. Existe um laudo que aponta determinada coisa; existe um outro laudo que aponde de maneira completamente diversa. Então nós não conseguimos ainda ter a convicção, firmar convicção de quais são exatamente os reflexos que a operação da companhia está causando na localidade. Sem fechar tal conceito, fica mais difícil de conseguirmos gestar, inclusive, as soluções. Por quê? Porque isso passa pela questão da viabilidade econômica. A empresa é viável economicamente, mas ela tem que considerar nesta questão de viabilidade econômica, como ela vai lidar com esse passivo social, que ainda não está completamente dimensionado.



As repercussões, por exemplo, como foi citado aqui, no aquífero guarani e em águas de outras estruturas, há muita dificuldade de verificarmos exatamente quais são. E, nesse sentido, achamos muito positiva a verificação, a convocação de uma audiência pública para tratar especificamente do problema, para que possamos ouvir as partes e possamos ter mais dados; e a participação desta Casa Legislativa, inclusive para poder acelerar o processo de gestação dessas soluções que estamos tentando buscar e que tentaremos colocar para que a sociedade possa realmente ter o amparo que ela constitucionalmente merece.

É só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, de Minas Gerais.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Gostaria, Sr. Presidente, de poder dividir de certo modo esta audiência pública em duas partes, considerando os primeiros depoimentos como sendo a primeira parte, para que possamos fazer uma pequena análise daquilo que foi dito aqui e, posteriormente, continuar com os depoimentos. A sugestão que fiz ao Presidente, Senador Ney Suassuna, de ouvir partes divergentes, penso que já foi muito bem explicitada nesse processo, porque já houve depoimentos contraditórios importantes para a avaliação que devemos fazer.

Pergunto a V. Ex^a se poderia fazer, portanto, um comentário sobre os depoimentos que ouvi até agora?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, evidentemente os depoimentos feitos aqui farão parte de uma brochura para que possamos analisar posteriormente. Não seria melhor ouvirmos as outras pessoas convocadas para esta reunião e depois fazermos os comentários? Assim ouviríamos agora o Sr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral do DNPM. Seria interessante ouvi-lo. Outros Senadores continuarão chegando à Casa e nós, depois de ouvir a todos, passaremos a fazer comentários e perguntas. Não seria mais interessante assim? Teríamos uma visão global. V. Ex^a gostaria de começar a interrogar a cada pronunciamento?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Eu me submeto à decisão de V. Ex^a, que é o Presidente dos trabalhos. Entendo que já temos elementos suficientes para fazer algumas observações que poderão ajudar nos depoimentos subseqüentes. Por essa razão fiz a proposição, mas V. Ex^a tem razão. Vamos continuar com os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia.

O SR. JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO – Exmo. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prezado Senador Hélio Costa, Parlamentar de Minas Gerais, Estado de onde venho, depois de longa caminhada profissional nos órgãos de mineração e de meio ambiente, é uma honra estar no Senado, novamente nesta Comissão.

Na primeira reunião em que estivemos, falamos sobre o que é a produção de zinco no País, como se desenvolve esse mercado e qual é a necessidade brasileira de consumo desse produto. Passamos à Comissão um



disquete contendo esses dados. Gostaria de passar mais alguns disquetes à Comissão para que sejam distribuídos aos Srs. Senadores.

Com relação ao assunto em pauta, recebemos uma denúncia, em junho de 2003, do Sr. Maurício Mach Barreto, sobre os danos ao meio ambiente em Vazante: o rebaixamento do lençol freático em zona cárstica e as questões de dolinamento. Mandamos investigar e imediatamente fazer uma vistoria. O nosso pessoal foi a Vazante e fez um relatório cuja cópia gostaria de entregar a V. Ex^{as} para que conste dos autos. Esse relatório, feito em junho, concluiu o seguinte:

A – a denúncia protocolizada versa exclusivamente acerca de aspectos de impacto ao meio ambiente, portanto, na esfera dos órgãos ambientais, especificamente dos órgãos estaduais de meio ambiente;

B – foram várias as denúncias protocolizadas em órgãos ambientais e de mineração sobre os supostos danos, todavia os órgãos – no caso Ibama, FEAM e Copam – que detêm a competência para a expedição de licenças ambientais e, portanto, a fiscalização ambiental, não sugeriram a paralisação temporária ou definitiva dos trabalhos de lavra da Companhia Mineira de Metais;

C – o DNPM deverá agilizar a análise do plano de aproveitamento econômico protocolizado, antecedido pela formulação das exigências para a apresentação do relatório das pesquisas realizadas na área do grupamento mineiro 07.72 referente ao Processo DNPM nº 802.185/71, acompanhado de memória de cálculo utilizado para definição das reservas;

D – tendo em vista observar durante a vistoria realizada, constatando-se diversas modificações já implantadas, nova planta de beneficiamento e outras que deverão ser instaladas até o final do ano em curso, escritórios, vestiários, refeitórios, oficinas etc., além do fato do desenvolvimento da lavra a céu aberto se ampliar até a área onde atualmente está localizada a atual planta de beneficiamento de calamina, deverá ser exigido à Companhia Mineira de Metais que apresente uma planta na escala 1 para 10.000, geral da mina, onde estejam plotadas todas as obras civis de superfície, inclusive postos de serviços, rampas, postos de ventilação etc.;

E – apresentar projetos das usinas, contemplados com fluxogramas do beneficiamento, balanços de massa, os circuitos de efluentes, além das eventuais alterações do plano de aproveitamento econômico;

F – solicitar que a empresa afixe uma placa na entrada do empreendimento, constando a identificação da empresa, o CGC, o número da concessão de lavra, o número da licença ambiental, a validade e o responsável técnico;

G – tendo em vista a presença de pessoas estranhas à área de serviço da mina, sugerimos a adoção, por parte da empresa, de providências, objetivando o efetivo controle do acesso das mesmas às instalações da empresa;

H – dadas as características da especificidade da lavra, sugerimos que o DNPM proceda, no mínimo, semestralmente, uma vistoria



detalhada conjunta com a FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais;

I – tendo em vista a inexistência de rodapés nas passarelas da estação de bombeamento e de câmara de refúgio no subsolo, de acordo com o estabelecido na NR 22, itens 8.1 e 1.3.1, da Norma Regulamentadora de Mineração que existe neste País, deverá ser solicitado ao titular que cumpra essas exigências acrescentando se existe a necessidade de uma vistoria específica de modo a observar o efetivo cumprimento dessas normas regulamentadoras da mineração; e

J – sugerimos, finalmente, que o denunciante, se for o caso, reitere suas denúncias na esfera institucional competente.

Então, nossos técnicos gostariam muito de ter ido a Vazante fazer turismo, mas eles, quando trabalham, não fazem turismo; eles fazem um relatório diante de uma denúncia feita, relatório este que entrego à Comissão.

O DNPM reafirma a sua competência e a sua disposição de acompanhar os Srs. Senadores em quaisquer vistorias ou visitas que sejam feitas às regiões afetadas para que o desenvolvimento do pensamento técnico-científico seja realmente colocado de forma inequívoca.

Pediria ao Dr. Francisco Braga, aqui presente, que é vinculado ao sistema do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o sistema CREA's, que observe, por favor, todos os depoimentos feitos a esta Comissão e que faça ver ao Dr. Wilson Lang, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a necessidade de se levantar quem realmente é hidrogeólogo neste País, quem realmente cumpre o exercício profissional e quem tem habilidade e competência técnico-científica para fazer hidrogeologia neste País, para que a gente haja em cima da verdade e não de alusões feitas por leigos ou então por pessoas muito interessas mas que não detêm o conhecimento geológico específico para o assunto.

Gostaríamos de deixar muito presente aqui a necessidade de uma política para o zinco, que seja uma política de desenvolvimento sustentável. E o DNPM se coloca completamente à disposição do Ibama, dos órgãos estaduais de meio ambiente, dos Srs. Senadores, especificamente dos Senadores de Minas Gerais, especificamente do Senador Hélio Costa, no sentido de se fazer uma perícia completa sobre a questão, envolvendo o Serviço Geológico do Brasil, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que detêm as informações de geologia do Brasil e que têm autoridade legal para dizer o que está acontecendo do ponto de vista geológico naquela região, seja no âmbito regional, seja no âmbito local.

Srs. Senadores, é isso que temos a declarar.

As informações relacionadas com a economia mineral do zinco estão neste disquete distribuído aos Srs. Senadores, e o DNPM se coloca completamente à disposição das partes para que caminhemos no sentido de equacionar uma solução, porque não adianta ficarmos brigando a respeito do zinco no Brasil, quando este precisa do metal para várias indústrias, vários setores, como demonstramos na reunião passada, quando aqui estivemos. A idéia é que o restante dos milhões de toneladas de zinco que ainda existem lá na área da MASA, por exemplo, sejam aproveitadas de forma racional, para que paremos de importar



zinco para este País tão grande e que tem uma geologia tão boa para o metal. Tudo pelo homem, tudo pelo ser humano, tudo pela inclusão social, tudo pela geração de emprego e tudo para se dar à sociedade brasileira um caminho que seja adequado naquilo que diz respeito à indústria do zinco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nós é que agradecemos a V. S^a.

O próximo convidado é o Promotor de Justiça Dr. Leandro Martinez de Castro, Coordenador das Promotorias de Justiça de defesa dos rios Paracatu e Uruçuia.

Concedo a palavra a V. S^a.

O SR. LEANDRO MARTINEZ DE CASTRO – Exm^{os} Srs. Senadores membros desta Comissão de Fiscalização e Controle, senhoras e senhores presentes, em primeiro lugar, em nome do Ministério Público de Minas Gerais, agradeço o convite para participar desta audiência pública. Espero que, ao final dos trabalhos, cheguemos a um resultado profícuo para o meio ambiente e, em consequência, para a coletividade.

Já foi falado aqui sobre o esforço desempenhado pelo Governo na defesa do rio São Francisco. Sou um dos cinco Promotores de Justiça que atuam na Promotoria de Justiça de defesa do rio São Francisco em Minas Gerais, promotoria esta que é fruto do comprometimento da atual administração superior do Ministério Público com a questão ambiental, em especial, do nosso Procurador-Geral de Justiça, Dr. Nedens Ulisses, e do Procurador de Justiça, Dr. Jarbas Soares Júnior, Diretor do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente.

A Promotoria de Justiça de defesa do rio São Francisco representa uma mudança de paradigma de atuação do Ministério Público, não no Estado de Minas Gerais, mas é uma mudança de paradigma de atuação do Ministério Público brasileiro, porque, a partir da sua instalação é que foi possível superar os limites geográficos que então dominavam na atuação do Promotor de Justiça, ou seja, os limites de atuação por Comarca, e os Promotores de Justiça do rio São Francisco têm atribuição para atuar em qualquer área da bacia hidrográfica do rio São Francisco, da sua nascente em São Roque de Minas até o último município mineiro banhado pelo velho Chico, município de Manga. Essa Promotoria de Justiça tem apresentado resultados que justificam o acerto da sua implementação, citando, por exemplo, a questão do lixão. Com muito orgulho, posso afirmar que todos os municípios do Noroeste mineiro firmaram ajustamento de conduta com o Ministério Público obrigando-se a desativar os lixões e instalar os competentes aterros sanitários, aterros controlados.

Por fim, ainda sobre a Promotoria, devo lembrar que somente foi possível a sua estruturação devido a um convênio firmado no ano de 2002 com o Ministério do Meio Ambiente, que deu aparato financeiro para a estruturação da Promotoria de Justiça.

Com relação aos objetivos específicos desta audiência pública, quais sejam, os impactos ambientais decorrentes da atividade de mineração de zinco desenvolvida pela Votorantim em Vazante, exporei alguns pontos de atuação já realizados pelo Ministério Público Estadual sobre este tema específico – a questão ambiental e jurídica.



No mês de abril de 1999, conforme já foi mencionado, quando desenvolvia as atividades de lavra subterrânea em uma galeria que fica localizada há aproximadamente 350m abaixo da superfície, a Companhia Mineira de Metais se deparou com uma surgência inesperada de um grande volume de água, um fato que acarretou uma medida emergencial para não sacrificar a própria mina. O bombeamento, que então era de cerca de 1.500m³/h, passa a ser de cerca 7.500m³/h. Obviamente, essa água bombeada do interior da mina seria destinada a uma barragem. Ocorre que a barragem então existente não tinha sido projetada para receber tamanho volume de água. Por essa razão e até para evitar um rompimento da barragem de rejeitos, o que proporcionaria um mal até maior, a água acabou sendo lançada diretamente no curso hídrico ali existente, o rio Santa Catarina, afluente do rio Paracatu, que, por sua vez, é afluente do rio São Francisco.

Tomando conhecimento desse acidente, o Ministério Público instaurou inquérito público civil e deu início às investigações. Esse inquérito civil está registrado na Comarca de Vazante, sob o nº 01/99.

No curso das investigações, pode se constatar que a empresa foi devidamente fiscalizada pelo órgão estadual competente, que é a FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente, que esteve no local nos dias 20 de maio de 1999, 14 e 15 de setembro de 1999, 5 e 6 de abril de 2000 e outras datas posteriores.

A FEAM estipulou uma série de medidas mitigadoras dos danos causados pelo acidente. E, no curso das investigações, pudemos constatar que todas as medidas apontadas pelo órgão ambiental foram cumpridas pela empresa. Como mencionado, também, houve fiscalização de parte do DNPM que não vislumbrou razões, na conclusão, para suspender ou cassar a autorização para lavra mineira.

Considerando, então, a implantação dessas medidas mitigadoras do acidente, efetivamente levadas a cabo pela empresa; considerando os elementos que constam do inquérito civil, que apontam para a estabilização dos danos ocorridos em razão desse acidente específico de abril de 1999; considerando, principalmente, o grande volume de denúncias que chegou ao conhecimento dos órgãos ambientais, minerários, imprensa, casas legislativas, o Ministério Público constatou a necessidade de se demonstrar tecnicamente os impactos globais decorrentes dessa atividade desenvolvida pela Votorantin. Então, o objeto de investigação do inquérito civil foi ampliado. Hoje, o objeto de investigação desse inquérito civil é a análise dos impactos globais causados pela atividade de mineração. Ou seja: a análise desses impactos na qualidade das águas, do ar, do solo, os impactos na fauna e na ictiofauna. E ressalte-se: não só na área da empresa, mas em toda a sua área de influência, que pode, porventura, chegar até o Município de Vazante.

Nesse ponto, precisamos esclarecer que a responsabilidade por danos ambientais, embora seja objetiva, ou seja, independe da culpa do empreendedor, ela depende, para ser levado a cabo, da demonstração do dano e do nexos causal. Sem que se demonstre o dano e o nexos causal, responsabilizar uma empresa, um empreendedor é atitude temerária. E o Ministério Público de Minas Gerais tem pautado sua atuação por uma cautela nessa questão que causa



tanto melindre. Então, é preciso a presença desses elementos probatórios que sejam suficientes, como o Dr. Carlos Henrique mencionou, para que se forme um convencimento rígido a respeito do tema.

Ampliado que foi o objeto das investigações, a empresa Votorantin firmou com o Ministério Público de Minas Gerais, em junho de 2003, um termo de compromisso de ajustamento de conduta, cuja cópia passo à Comissão nesta oportunidade. A leitura desse termo de ajustamento de conduta revela que a empresa se comprometeu a realizar uma série de estudos destinados a demonstrar, tecnicamente, os efetivos impactos ambientais de suas atividades.

O compromisso de ajustamento de conduta vem sendo rigorosamente cumprido pela empresa.

As atividades necessárias para a realização desses estudos são acompanhadas por técnicos designados pelo Ministério Público, técnicos de uma entidade conveniada ao Ministério Público. Os resultados de grande parte desses estudos – e o Sr. Ricardo Barbosa sabe disso, tivemos uma reunião ainda na segunda-feira passada – serão apresentados no próximo dia 17 de junho e serão analisados por técnicos do Ministério Público.

Com base nesses resultados – e aí sim vemos que está sendo feito um estudo sistemático de todos os impactos decorrentes da atividade de mineração–, poderemos responder a uma série de questões: o surgimento de dolinas ocorre? Sim ou não? É responsabilidade da Votorantin? Quanto à questão da qualidade das águas, pode-se dizer que está havendo contaminação dos cursos hídricos?

Então, para que se possa responder a essas perguntas é que serão analisados os estudos que serão apresentados pela Votorantin até o próximo dia 17 de junho.

Também nesse compromisso de ajustamento de conduta, foi estabelecida uma medida compensatória pelo dano ambiental, decorrente desse acidente ocorrido em abril de 1999. Essa medida compensatória consiste no custeio de uma estação de tratamento de esgoto no município de Vazante, que é avaliado em aproximadamente R\$500 mil.

Então, sob o prisma do Ministério Público estadual, a questão ambiental de Vazante está devidamente encaminhada. Não se chegou, como o Dr. Carlos Henrique mencionou, a um posicionamento final, mas está devidamente encaminhada; está em compasso.

A reiteração das denúncias apenas reforça o compromisso da nossa instituição na apuração desses fatos, mas uma apuração racional, uma apuração imparcial, uma apuração desprovida de paixão.

Então, eram essas as considerações que tenho a fazer em nome do Ministério Público de Minas. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado.

Passamos a palavra ao Dr. Edgar Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral de Vazante.

O SR. EDGAR NUNES DA SILVA – Exm^o Sr. Senador Ney Suassuna,...



O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Sr. Edgar, por gentileza, só um minutinho, para eu dar uma satisfação a vocês de novo.

Nesse momento em que saí daqui votei num Ministro do Supremo, fiz um *spite* na Biossegurança, que está sendo votada e que apresentei um projeto para a modificação da célula tronco e voltei.

Para vocês verem como é a vida de um Senador: chupamos a cana e assobiamos ao mesmo tempo. Não é fácil.

Então, as minhas desculpas pela ausência, mas fui participar de duas outras Comissões: a de Educação e a de Constituição e Justiça.

Com a palavra o Sr. Edgar.

O SR. EDGAR NUNES DA SILVA – Sr. Senador Ney Suassuna, Presidente desta Comissão, Sr. Senador Hélio Costa, demais senhores e senhoras presentes, bom dia.

Consta aqui que sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral. Na verdade, houve um equívoco. Sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Vazante, uma vez que o Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral extinguiu as suas atividades no Município de Vazante desde a decretação da falência da Companhia MASA.

Todavia, como representante dos Trabalhadores da Companhia Mineira de Metais, temos uma preocupação muito grande com relação aos postos de trabalho ali gerados por esse investimento, como já foi citado aqui pelo Dr. Ricardo, que remonta a aproximadamente mil empregos diretos, além do empregos indiretos.

Temos uma preocupação muito grande com a manutenção desses empregos, mas também temos uma preocupação ainda maior com a qualidade de vida desses trabalhadores, pois não basta ter emprego; tem que ter emprego de qualidade. E a qualidade de vida passa pelo ambiente em que vivemos. Não adiantaria termos ali trabalhadores, empregados recebendo os seus salários, mas vivendo em ambiente prejudicial à sua saúde e à de seus familiares.

Eu gostaria também de ressaltar a parceria da Companhia Mineira de Metais com a sociedade do município de Vazante, com a sociedade organizada. Não podemos negar que essa sociedade, ainda que sendo leiga no assunto ora em questão, é detentora do senso comum. O senso comum, como sabemos, é o embrião do conhecimento científico. Portanto, a sociedade está apta a participar, a questionar, a opinar nas questões ambientais que envolvem a comunidade de Vazante.

Gostaria de ressaltar também a abertura de um canal para o diálogo e a disposição para o diálogo de parte da Companhia Mineira de Metais. Sou funcionário da empresa desde o ano de 1988 e representante dos trabalhadores desde o ano de 1991.

Confesso que no início das relações sindicato/empresa havia muitas divergências, alguns atritos; porém, de lá para cá, essa relação veio evoluindo e, hoje, temos um grau de relacionamento bastante avançado. Em momento algum, fomos rechaçados por termos manifestado qualquer opinião contrária aos interesses da empresa.

Lembro-me de que, no ano de 1992, eu, membro da Comissão Municipal do Meio Ambiente, Codema, fiz uma reclamação ao Dr. Ricardo, aqui



presente, com relação à bacia de decantação da empresa. O assunto foi discutido na Comissão de Desenvolvimento do Meio Ambiente e as sugestões ali feitas pela Comissão, sugestões que partiram até de mim, foram todas acatadas. Não houve nenhuma reprimenda por parte da empresa por eu ser empregado da empresa e estar ali questionando o seu modo de operação.

Ressalto que o diálogo é aberto. Nós, como sindicato, como entidade representante dos trabalhadores, todas as vezes que ocorre algum problema na área ambiental, na área de segurança, somos comunicados. Algumas sugestões do sindicato são acatadas, outras não. Porém, o fato é que há o diálogo e a disposição para ouvir.

Com relação à denúncia que chegou ao nosso conhecimento, sobre a desertificação do Município de Vazante, nós, como representante dos trabalhadores, como integrante da sociedade, de modo empírico até, desconhecemos esse fato.

Recentemente, minha filha, na escola onde estuda, foi convocada a fazer um trabalho com o nome de Projeto Água. Ajudei-a nas pesquisas, e ela me apresentou, para surpresa minha, um documento fornecido pela Copasa, a companhia de saneamento da cidade, sobre a qualidade e a quantidade de fornecimento de água para o Município de Vazante. Pude constatar, naquele documento, que o abastecimento em Vazante é normal. Portanto, desconhecemos essa questão da desertificação. Dentro do perímetro urbano de Vazante, o abastecimento de água, declarado pela Copasa, é normal.

Então, essas seriam as nossas considerações, as nossas informações, para tentar contribuir para esse processo, para que as autoridades competentes possam estar formando a sua opinião. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Nós é que agradecemos.

Passamos a palavra ao Sr. José Osanan Alves de Queiroz, síndico da massa falida da Mineração Areiense S. A. – MASA, representando o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

O SR. JOSÉ OSANAN ALVES DE QUEIROZ – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Ney Suassuna, Srs. Senadores aqui presentes, Srs. Membros da Mesa, senhoras e senhores, boa tarde.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, síndico da massa falida de Mineração Areiense S. A., a partir de 2002, sucedendo o Banco do Brasil, também ex-síndico da mesma massa falida a partir de janeiro de 2001, gostaria apenas de ressaltar que o Banco não está, bem como a massa falida, diretamente envolvidos nessa questão da Companhia Mineira de Metais.

A massa falida teve suas atividades paralisadas em dezembro de 1998; tivemos também algumas fiscalizações de parte da FEAM; tivemos, recentemente, uma fiscalização conjunta das instituições IEF, FEAM e Ibama. Porém, no que concerne a essa fiscalização, ela se estendeu, em função dos relatórios apresentados, exclusivamente à área de atuação da massa falida da Mineração Areiense S. A. Existem ali algumas pendências. Quanto a essas pendências, dentro do possível, alguma coisa já se fez, até porque se trata de massa falida, com poucos recursos. Outras providências de recuperação de áreas serão tomadas futuramente, uma vez que o processo é uma tentativa de se dar



uma solução o mais breve possível aos compromissos que essa massa falida tem não só com a comunidade como com os demais credores. Inclusive, quando falo em credores, refiro-me a credores em termos financeiros, e os compromissos com a finalidade de áreas que foram lavradas serão, evidentemente, conforme consta de uma minuta, de um edital já no processo da Vara única da Comarca de Vazante, de responsabilidade do futuro adquirente desses direitos minerários.

Eu me colocaria à disposição dos senhores, porque acho que a questão de fato aqui não está envolvendo diretamente a massa falida da Mineração Areiense. Agora, estou em Vazante desde janeiro de 2000, representando primeiramente o Banco do Brasil e, posteriormente, o BDMG, a partir de 2002. Coloco-me à disposição de todos os senhores para tentar responder, dentro da minha competência, a qualquer dúvida, mas antecipo que, pela discussão do problema, percebo que ele envolve mais diretamente a Companhia Mineira de Metais e terceiros.

De qualquer forma, coloco-me à disposição dos senhores para responder a qualquer pergunta, desde que eu tenha competência técnica para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Agradecendo as palavras de V. S^a, vou ouvir o Senador Hélio Costa, que tem indagações a fazer, mas queria, antes, informar que a Comissão deverá destacar alguns Senadores para irem até a região. Pediria aos Senadores de Minas Gerais que não fazem parte da Comissão, se puderem, que também estejam incorporados a essa Comissão quando ela lá for.

Já agora, conhecendo os dois lados, Senador Hélio Costa, informo que o Sr. Gilberto e o Sr. Ricardo pediram a palavra por cinco minutos; porém, vou conceder a palavra a V. Ex^a em primeiro lugar e, depois, aos dois senhores, antes mesmo de passar a palavra aos demais Srs. Senadores.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente cada um dos participantes desta audiência pública e imagino que as colocações e observações feitas pelos presentes respondem à observação feita pelo meu querido amigo Gilberto Batista no começo desta audiência. Digo isso porque comecei a notar detalhadamente, em cada uma das declarações, que os depoimentos batem rigorosamente com a minha preocupação. Existem dois lados nessa questão: evidentemente o lado da empresa e o lado dos produtores rurais da região; e, em cada um desses lados, ainda temos, evidentemente, as posições assumidas pelos servidores públicos que cuidam da questão em si e pelos trabalhadores.

Sr. Presidente, eu, como Senador por Minas Gerais, conheço muito bem essa região. Já tive oportunidade de passar, com o ilustre membro da mesa, Sr. Gilberto Batista, por diversos municípios do Noroeste de Minas Gerais, especialmente em Vazante. Ainda agora, na sua chegada aqui, lembrávamos os momentos em que descemos juntos no aeroporto local, em campanha. Tenho uma grande preocupação: a de ser rigorosamente justo, correto na observação desses fatos e fazer uma proposta que venha ao encontro dos interesses públicos, notadamente dos moradores da região.



V. Ex^a, Sr. Presidente, já em parte responde a minha preocupação ao dizer que um grupo de Senadores irá até a região. É uma das sugestões que eu queria fazer a V. Ex^a: que a Comissão organize uma audiência pública local, não só apenas a visita, mas uma audiência pública no local, para ouvirmos as pessoas que lá moram, as pessoas que estão diretamente atingidas pelo problema, as pessoas que vivem na região, para que elas possam se manifestar e para que os Senadores possam ouvir **in loco**, diretamente, dos interessados e das pessoas atingidas o que elas pensam dessa situação. A partir daí, evidentemente, teríamos condições de fazer sugestões que possam ser acolhidas pelas autoridades concernentes.

Fazendo um rápido retrospecto, coloco que a minha primeira pergunta seria evidentemente ao próprio Gilberto. Acompanhei detalhadamente a emoção com que ele fala da região, afinal de contas é a sua terra natal, sua família ainda está ali, seus amigos estão ali, suas atividades são ali. Então, ele tem esse sentimento de estar defendendo a terra em que nasceu, a sua cidade, os seus amigos, as pessoas que ali estão.

Eis a pergunta: o que o Sr. Gilberto Batista, como entendedor profundo desse problema – e ele, evidentemente, fez uma descrição muito pormenorizada do problema – propõe? O que se pode fazer?

O senhor não vai responder agora. Eu ouvi V. S^a com a maior atenção durante dez, quinze minutos, de modo que peço a V. S^a que me ouça agora. V. S^a vai fazer uma proposta, mas uma proposta de conciliação. Não adianta chegar aqui para fazer uma proposta de briga, porque aqui nós não vamos brigar. Aqui nós vamos encontrar uma solução para o problema; vamos fazer uma proposta que seja entendida pelas autoridades, que seja aceita pelos trabalhadores, que seja absorvida pela empresa, que atenda aos interesses dos produtores. A nossa proposta aqui é resolver o problema; não é aumentar a briga, até porque, em princípio, os dois lados têm razão.

Se V.Ex^a me permite, já que durante quase uma hora e meia fiquei praticamente sozinho ouvindo o depoimento de todos os convidados, vou lembrar uma história da mineirice de um ilustre político mineiro que foi governador durante muitos anos, chamado Benedito Valadares. É uma história que se passa durante uma cerimônia no Palácio da Liberdade, a sede do Governo de Minas Gerais, quando um grupo de assessores do Governador foi a ele pedir que usasse um espaço exatamente ao lado do Palácio da Liberdade para construir um edifício onde seriam colocadas as secretarias, as quais não tinham mais espaço para onde expandir. Então, o Governador recebeu aquele grupo e terminou a audiência dizendo: “Acho que vocês têm razão”. Vamos, então, providenciar a construção desse prédio. Quinze minutos depois, entra uma comissão de moradores de Belo Horizonte exatamente para pedir ao Governador que não usasse aquele espaço para construir um edifício, pois ali tinha que ser uma praça, pois tínhamos que ter árvores, que ter um lugar aprazível, e, se ele colocasse ali um edifício, evidentemente, iria prejudicar até mesmo a vista maravilhosa que tem o Palácio da Liberdade. O Governador, ao término dessa reunião, vira para esse grupo de pessoas preocupadas e diz assim: “E não é que os senhores têm razão”. Pois bem; uma assessora do Governador, que acompanhara as duas audiências, quando ambos os grupos foram embora, virou-se para o Governador e disse: “Governador, o senhor disse para o primeiro grupo que ele tinha razão e, agora, diz para o



segundo grupo que ele também tem razão. Ao que o Governador se virou para ela e disse assim: “E não é que a senhora também tem razão!”

Esta é, mais ou menos, Senador Ney Suassuna, a situação em que nós mineiros nos encontramos. Entendo que com a presença do Senador Eduardo Azeredo estamos muito bem representados. Minas Gerais está preocupada com este problema de Vazante. É fundamental para a cidade de Vazante a empresa CMM. Ontem à noite conversei longamente com o meu querido amigo Deputado Estadual Antônio Eustáquio Andrade, que é deputado, ex-Prefeito, uma figura importantíssima na região de Vazante, nascido em Vazante, a grande liderança... Se não foi lá, foi por perto, nascido por perto de Vazante, para satisfazer a curiosidade política do Gilberto Batista. Mas, continuando, o meu querido amigo Antônio Eustáquio Andrade, que é deputado estadual, foi Líder do Governo Itamar Franco e hoje é Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, dizia-me que a própria Assembléia Legislativa de Minas Gerais – e isso foi aqui documentado inclusive pelo Sr. Ricardo Santos – promoveu uma audiência pública para apurar essa questão, que o Copam fez audiência pública, que a Câmara dos Deputados fez uma audiência pública em 2002. E o Antônio Andrade me lembrava dessa audiência pública, colocando em detalhes esse problema, também falando sobre o termo de ajuste de conduta firmado para que pudesse atender os interesses da região.

É fundamental a presença da imprensa na região, pois gera mil empregos diretos e mais três mil empregos indiretos, relacionados. Agora, a empresa tem que seguir rigorosamente o que determina a lei: ela não pode degradar o meio ambiente, tem que fazer tudo para evitar a contaminação das águas, do solo; ela tem que extrair o zinco, tem que extrair outros minerais, tem que fazer o que está autorizada a fazer pela lei, mas tem que rigorosamente seguir o que manda a lei, nem mais, nem menos. Essa é a nossa posição.

Ouvi o Dr. Gustavo Martinelli. S. S^a tem uma posição muito importante. Ele disse que se trata de uma opção: o desenvolvimento a qualquer custo ou o desenvolvimento sustentável? Essa é a grande questão que temos aqui. Temos que analisar até que ponto vale degradar o ambiente. Ouvi também o Edgar falando a mesma coisa: de que adianta ter empregos sem qualidade de vida. Essas coisas têm que ser discutidas, colocadas na mesa de debates. Essas coisas é que são importantes na decisão que se vai tomar em nível de autoridades públicas. Porque, aqui, a nossa missão – e o Senador Ney Suassuna conduz isso de uma maneira brilhante – é ouvir. Viemos aqui ouvir e viemos dar as nossas sugestões, a nossa posição particular e a dos senadores que participaram desta audiência pública.

Então, a importância da empresa tem sim de ser levada em consideração, porque ela representa empregos, representa a economia regional. Acho que, se se tirar a CMM de lá, causaríamos um impacto social absolutamente absurdo em toda a região, sem dúvida nenhuma. Contudo, ela tem que cumprir as leis; ela tem que seguir rigorosamente a lei.

E ouvi também a posição do Dr. Carlos Henrique, Procurador da República, e ali comecei a entender a minha preocupação inicial. S. Ex^a disse que os laudos são diferentes; há um que diz que está havendo uma degradação violenta do ambiente e outro que diz que não é bem assim, que a empresa está cumprindo rigorosamente tudo aquilo que determinou a lei, o ajuste de conduta foi feito e ela



está obedecendo aos critérios estabelecidos. Precisamos, diz ele, encontrar a solução, acelerar o processo de solução. Essa é a nossa preocupação.

Quero saudar agora o Senador Aelton Freitas, que completa os três Senadores por Minas Gerais presentes a esta reunião.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu sou a única intrusa aqui, não é?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – De forma alguma, Excelência; pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Não, até porque a terra de V. Ex^a é também uma grande província mineral e, com certeza, terá problemas similares, se já não os está tendo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – E, sobretudo, foi casada e depois descasada em Minas Gerais; tem filhos em Belo Horizonte, aonde sempre vai. A Senadora Ana Júlia Carepa não só é uma amiga de Minas Gerais, mas entende muito bem os problemas da mineração, até porque é presidente da subcomissão e esteve conosco em Minas Gerais, recentemente, em Araxá, Itabira e outras cidades, analisando exatamente os impactos da mineração no meio ambiente.

Então, gostaria de fazer um requerimento. Inicialmente, Sr. Presidente, esse requerimento está relacionado à declaração do meu querido amigo, Dr. João Cezar, do DNPM. Ele diz que foi feita a vistoria, que se chegou a uma conclusão, que as denúncias específicas têm que ser levadas aos órgãos ambientais estaduais. Ele disse que tanto o Copam quanto a FEAM não sugeriram paralisação das atividades da empresa; referiu-se ainda a que seria importante que o Serviço Geológico do Brasil pudesse fazer uma perícia completa da situação. Esse é o meu requerimento inicial.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a terá o requerimento acatado, mas precisa que um membro da Comissão o subscreva. Os dois membros ao lado de V. Ex^a podem fazê-lo imediatamente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Então, o requerimento é nesses termos. Espero que a assessoria da Comissão possa nos ajudar a redigi-lo, para que, ao final desta reunião, possamos assiná-lo, pedindo uma perícia completa pelo Serviço Geológico do Brasil para se apurar o que realmente está havendo em Vazante, e se ela tem condições de apresentar sugestões para a solução do problema.

Ouvi também, atentamente – e estou terminando, Sr. Presidente –, o Sr. Leandro Martinez, que é Promotor de Justiça, coordenador das promotorias de Justiça da bacia do rio São Francisco, do rio Paracatu e do rio Urucuia. S. Ex^a até deixou claro aqui que pode atuar em qualquer região do vale do rio São Francisco em Minas Gerais. Então, evidentemente, essa Promotoria tem condições de atuar em quaisquer circunstâncias na região.

Agora, veja só que importante a declaração: “Todas as medidas determinadas pela Justiça foram cumpridas”. Disse o Promotor Leandro Martinez. Tenho de aceitar essa afirmação. “Indicadas pelos órgãos ambientais e sugeridas pelo Ministério Público”. Não é isso? É uma declaração importante, Gilberto. Refiro-me sempre a V. S^a, porque é quem vai responder daqui a mais dois minutos. Mas estou me referindo a isso porque é meu queridíssimo amigo, empolgado na defesa



da região, e quero ficar do seu lado e estou do seu lado, mas estou aqui mais ou menos como Salomão. Não vamos dividir a criança ao meio, mas vamos encontrar a solução justa; vamos encontrar a solução adequada; vamos encontrar um caminho para que possamos realmente resolver essa questão.

“Há a necessidade de mostrar a análise dos impactos globais na região”, diz o Dr. Leandro Martinez. Isso é importantíssimo. E o Ministério Público está sendo, no mínimo, “cauteloso”, nas palavras de S. Ex^a. Por quê? Porque são divergentes essas informações. Todos os dois lados – e eu vou lá na história do Benedito Valadares – têm razão.

Então, não podemos sair atirando com a metralhadora giratória. Nós, primeiro, temos que analisar isto cuidadosamente; temos que observar os dados e apurar realmente a procedência das informações contidas na denúncia. Nós temos que passar essas denúncias a técnicos competentes, como sugeriu o Dr. João Cezar. Nós, realmente, temos que fazer uma avaliação que nos dê a tranquilidade de dizermos assim: “Estamos trabalhando e estamos no caminho certo”.

E, finalmente, eu ouvi a palavra do Sr. Edgar Nunes, que também me deixou mais tranquilo com relação à situação que os trabalhadores encontram na região. Primeiro, ele se manifesta preocupado, conforme eu disse, com relação à qualidade de vida dos empregados e da comunidade, mas adiante ele também revela que, segundo a Copasa, “o abastecimento de água é normal”. Então, evidentemente, é mais uma informação importante, partindo de uma liderança sindical, de uma pessoa que está, no dia-a-dia, junto com os trabalhadores, quer dizer, aqueles que vivem as dificuldades impostas pelos problemas que surgiram.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Apenas uma dúvida: o abastecimento de água lá é por poços urbanos?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – São poços urbanos.

Então, Sr. Presidente, eu perguntaria, também, ao Sr. Edgar Nunes: o que S. S^a tem a sugerir? Como liderança sindical, que está constantemente em contato com os trabalhadores que vivem esta situação permanentemente, ou seja, com as dificuldades de conviver com este problema e a ameaça de perder o emprego se alguma coisa acontecer com a empresa, pergunto a V. S^a: o que fazer para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e de que modo o Sindicato pode ajudar na solução desse imbróglio entre a empresa e os produtores rurais da região?

Sr. Presidente, forçosamente, tenho que dizer para V. Ex^a que, como mineiro e conhecedor dos problemas da região, eu sinto que nós estamos diante de um problema que precisa de um estudo bem apurado, bem detalhado, numa situação que envolve a todos nós. Ainda agora, no começo desta reunião, tivemos a presença do Deputado Romeu Queiroz, que foi Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e é o Deputado Federal majoritário na região do Noroeste de Minas e que tem uma preocupação muito grande com toda a região. S. Ex^a, lamentavelmente, teve que deixar porque foi participar de uma reunião na Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados.

Não sei ainda quais são as posições que serão assumidas pelos demais Senadores por Minas Gerais, mas a minha, particular, é a de que temos que encontrar uma solução que atenda aos interesses da população, que atenda aos interesses dos produtores rurais mas que atenda, também, aos interesses da



empresa, porque todos eles representam importante fator na economia regional. Qualquer desequilíbrio nesta posição – tanto da empresa quanto dos produtores rurais – vem causar, seriamente, um dano ainda maior que é o empobrecimento de uma região que, a cada dia que passa, vai se destacando como uma região que produz, uma região de gente que trabalha, uma região que só faz com que Minas Gerais seja cada vez mais importante no contexto econômico nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador.

A partir de agora, vou mudar um pouco o ritual: passarei a palavra para os três Senadores por Minas Gerais e, depois, os Srs. Convidados responderão às questões.

Peço a cada um que for interpelado para que, por gentileza, anote a fim de, depois, dar as suas respostas.

Quero lembrar, também, que esta é uma jazida que tem um perfil de vida de mais 25 anos. Então, em 25 anos – podendo ser 24 ou 26 anos ou um pouco mais –, também vai mudar o perfil da cidade. Há que se imaginar não só o passivo ambiental, mas tem que se imaginar que a vida continua e terá que haver substitutivos econômicos para que esta população não fique olhando o sol.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode dar a palavra para os três de Minas e, também, para a Senadora do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com toda a certeza. A Senadora do Pará, aqui, é sempre *hors-concours*.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente Ney Suassuna, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, quero, primeiro, dizer que não pude estar presente mais cedo por estar participando da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que sabatinava o Professor Eros Roberto Grau, que será o novo Ministro do Supremo Tribunal Federal. Contudo, apressei-me para, pelo menos, aqui comparecer mesmo que mais no fim, porque esse assunto é de grande importância para o nosso Estado de Minas Gerais.

Embora não seja membro desta Comissão, assim como o Senador Hélio Costa e o Senador Aelton Freitas, queremos que haja uma solução que interesse à população como um todo.

Quero dizer, Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, que a mineração está no nome de Minas Gerais. O nosso nome, Minas Gerais, diz bem que essa é uma atividade que vem desde a nossa origem e é fundamental para o Estado. A mineração significa empregos, uso da riqueza que temos, é um dos pontos principais da pauta de exportação brasileira. De maneira que essa questão tem que ser olhada sempre sem paixão exacerbada.

É evidente que o mundo mudou. A importância do meio ambiente é hoje reconhecida – e me orgulho muito de ter criado a Secretaria de Meio Ambiente



de Minas Gerais. Exatamente como reconhecimento ela tem o nome de Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – não é só secretaria de meio ambiente –, por entender que é fundamental termos um desenvolvimento sustentável, a conciliação entre a atividade econômica, que é importante, e a preservação, porque sabemos que a água é um recurso finito. Ou seja: chegará um dia em que nós vamos ter dificuldade com a água. Então, não podemos deixar também que haja uma exploração predatória.

Felizmente, eu diria, com o tempo, especialmente as grandes mineradoras de Minas têm tido essa preocupação, têm investido mais nas questões ambientais, têm investido nas questões preventivas para evitar que haja problemas como esse – um caso de cinco anos atrás. Entretanto, precisamos buscar uma solução.

Eu quero mencionar ainda a excelência da equipe de meio ambiente de Minas Gerais, cujo secretário é o ex-Ministro José Carlos Carvalho. De maneira que confio plenamente na equipe que hoje dirige o meio ambiente no nosso Estado; S. Ex^a saberá sempre achar as medidas necessárias, sejam punitivas, sejam educativas, seja que solução for. Na região de Vazante existem grutas, que são de grande interesse turístico ademais. Ou seja: temos ali interesse turístico, interesse agrícola, interesse pecuário, interesse da mineração, interesse dos trabalhadores, que é fundamental, e as providências que foram tomadas, segundo informações, são providências que estão sendo acatadas.

Mas diz bem aqui o Senador Hélio Costa, precisamos ter uma definição, ou seja, não podemos ficar eternamente discutindo esse assunto, ficando sempre a empresa com uma espada de Dâmocles sobre sua cabeça, não sabendo se pode continuar, se pode investir mais ou se não pode. Nós queremos que não haja uma interrupção, mas, ao mesmo tempo, queremos que exista uma definição clara de como se vai minerar e se dessa maneira está correto.

Nós sabemos que existe no mundo hoje – a Senadora Ana Júlia tem discutido conosco as questões da Cefem. A origem da Cefem é o *royalty*, exatamente para que uma cidade, terminado o ciclo de mineração, tenha recursos para buscar outras alternativas. Na prática sabemos que o Cefem é usado no dia-a-dia para pagar pessoal, para pagar o que for necessário nas prefeituras, mas o objetivo principal é que fosse um fundo e que esse fundo pudesse, daqui a vinte e cinco anos, quando terminar a mineração de vazante, ajudar o novo perfil da cidade do ponto de vista econômico.

Essa é a questão que estamos discutindo e está muito bem colocada a idéia de que possamos ir **in loco** – os três Senadores por Minas e vários Senadores da Subcomissão de Assuntos Minerários – ouvir a população.

Temos exemplos de desenvolvimento de minerações hoje. O Canadá tem mineração dentro de reserva indígena. É apenas fazer um projeto correto, um projeto que preserve. Nós podemos ter mineração dentro de áreas que sejam aquelas mais polêmicas desde que o projeto seja bem feito.

De maneira que, Sr. Presidente, eu queria deixar apenas essa palavra, essa palavra, eu diria, da ponderação. Não podemos ter uma exploração que seja predatória, que agrida o meio ambiente, que traga prejuízos a quem já está instalado, que prejudique a atividade agrícola e pecuária. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ter uma discussão passional e que leve a uma posição radicalizada e



que acabe evitando uma exploração que é importante, a exploração mineral, no nosso Estado. A minha posição, portanto, é da busca do bom senso e de uma decisão. Não gosto dessas questões quando ficam se arrastando por muito tempo. É necessário ter uma definição, de uma vez por todas, para partirmos para os outros impedimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, companheiros Senadores, Hélio Costa e Eduardo Azeredo de Minas Gerais, companheira Ana Júlia Carepa, digníssima Presidente da Subcomissão da Mineração da qual tenho prazer e orgulho de estar participando, autoridades aqui presentes, demais autoridades presentes.

Esse assunto tem sido discutido pela Comissão de Mineração, fizemos algumas visitas em estados em que a mineração deu certo, o pós-extração como ficou aquela situação e alguns lugares também caóticos, como é o caso do Amapá. Ficamos de fazer uma visita a Vazante, estivemos em Itabira e em Araxá para estudarmos, dentro da Comissão de Mineração, tudo que foi dito pelos dois Senadores de Minas Gerais que me antecederam – hoje e como pode ficar amanhã.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabemos da situação de Vazante, o que tem acontecido, mas também o benefício que essa empresa e essa mineradora traz à Minas Gerais e a toda região. Felizmente, por ser uma mineradora tão séria como é, tenho certeza que nos denominadores que esta Comissão e a Comissão de Mineração chegar, juntamente com os órgãos do meio ambiente, estão dispostos fazer, adequar e manter a cidade de Vazante, Minas Gerais, na situação de desenvolvimento vem que se encontra.

Comungo plenamente com o fundo que o Senador Eduardo Azeredo sugere formado pela Cefem porque temos que pensar no pós-extração. Mas, hoje, acho que temos que analisar e discutir a convivência, conviver com é o que acontece com o Nordeste. O problema do Nordeste não é a seca e sim conviver com a seca.

Esse assunto está sendo discutido na Comissão afim que realmente tem condição de chegar a um denominador, juntamente com a justiça e nós da Comissão de Mineração, Senadora Ana Júlia, deveríamos antecipar o quanto antes essa visita a Vazante, ver **in loco**, trazer sugestões e oportunidades de chegar a um denominador comum, não trazendo prejuízo à propriedade, ao meio ambiente, às águas do tão importante Rio São Francisco e seus afluentes e uma maneira de conviver com a mineração, com a situação local de indenizar ou fazer o que for possível para os fazendeiros ou a população naquela região que está se sentido prejudicada, mas chegar a um denominador comum. Sou a favor do acordo e vocês podem contar plenamente com a CFC, com a Comissão de Mineração e com esta Casa que tem todo o intuito em fazer o melhor possível para todos os segmentos de nosso País.

Queria pedir desculpas pelo meu atraso porque sou membro da Comissão de Educação que está em debate o tão importante assunto da biossegurança. Como Engenheiro Agrônomo, somos somente dois aqui, não tive



como sair antes daquela comissão, por isso, peço desculpas por não ter chegado aqui antes.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de fazer um esclarecimento.

Sou vice-presidente da Comissão de Educação, e aquela Comissão, nesta semana, está fazendo uma audiência pública, dividida em duas partes, sobre biossegurança.

Na reunião de ontem, fiquei por três horas na Comissão de Educação, acompanhando essa audiência pública e disse ao Presidente hoje que me dedicaria inteiramente à audiência pública que V. Ex^a está realizando aqui por se tratar de um assunto do meu Estado de Minas Gerais. Mas, posso garantir aos telespectadores da TV Senado que esta manhã já participei de duas reuniões, já passei pela minha Comissão também e estou aqui rigorosamente de plantão com V. Ex^a para cumprir o que V. Ex^a determinou, o estudo apurado dessa situação de Vazante.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Ex^a tem sido um Senador extremamente atento, aliás, a bancada de Minas Gerais, e porque não dizer também a do Pará tem tido uma permanente atuação. Parabenizo o estado pela bancada.

O Senador Arthur Virgílio, como Líder da oposição, fez alguns requerimentos – ele está aqui e só vota se estiver presente - S. Ex^a está aqui, aguardando, marcando posição.

Vamos colocar em votação, mas não sei se os Senadores me autorizariam a colocar em votação e, depois, continuaríamos – são 5 minutinhos. Podemos fazê-lo? (Pausa.)

Nobre Senadora Ana Júlia Carepa...

Peço desculpas aos senhores, mas é para liberar o Líder.

O primeiro requerimento é do nobre Senador Arthur Virgílio que solicita que seja convidado o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos acerca dos acontecimentos relacionados à chamada Operação Vampiro.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que seja convidado o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Saúde, para prestar informações acerca dos fatos relacionados à chamada Operação Vampiro, envolvendo irregularidades na aquisição de medicamentos, conforme notícias publicadas pelos jornais, com base em entrevista do Ministro.

As informações se justificam com base nas matérias e justificativas jornalísticas e conhecimento amplo da Nação. Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer os pormenores a respeito do fato. Daí a razão desse requerimento.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Conceder-lhe-ei a palavra imediatamente.

Peço ao nobre Senador que, por gentileza, não faça uma convocação. Nesta Comissão, inicialmente, sempre fazemos convites e, só posteriormente, quando não é atendido o convite no prazo determinado, fazemos a convocação. Peço a V. Ex^a que faça a modificação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, infelizmente, o Regimento fala em convocação. De fato, entendo que o termo é indelicado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – O termo é esse, mas pedimos a V. Ex^a que, se possível, faça a modificação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concordo. O caso é de convite mesmo. Não há por que ser indelicado com o Ministro.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Proponho um adendo a esse requerimento: um convite ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, para que venha com o Ministro Humberto Costa, que, tenho certeza, irá aceitar e, inclusive, irá querer vir aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por ocasião, demonstraremos ao Sr. Ministro no nosso apreço pela atitude que tem tomado à frente desse caso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à apreciação do requerimento feito, há poucos minutos, pelo nobre Senador Hélio Costa, subscrito pelo Senador Aelton Freitas, que requer seja solicitada perícia completa dos serviços geológicos brasileiros por meio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, presidida pelo Sr. Agamenon Dantas, para que faça uma inspeção **in loco**, exarando parecer conclusivo quanto aos danos ambientais.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Por último, requerimento subscrito por toda Bancada mineira e pela Senadora Ana Júlia Carepa, que requer seja criada comissão para realização de audiência pública na região de Vazante, Minas Gerais, no sentido de examinar as questões ambientais debatidas pela Comissão de Fiscalização e Controle.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço à nobre Senadora Ana Júlia Carepa que, como Presidente da Subcomissão de Mineração, faça a indicação dos Membros, além da Bancada mineira, que devam estar presentes na visita. Aguardamos a indicação posterior dos nomes de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Batista Diniz por cinco minutos.



O SR. GILBERTO BATISTA DINIZ – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Senador Aelton Freitas, Senadora Ana Júlia Carepa, evidentemente, cinco minutos é muito pouco para responder às questões.

Senador Hélio Costa, lembro-lhe que romantismo é muito gostoso. V. Ex^a conhece bem a história de Gustavo Capanema, que dizia que ser mineiro é ter calma, paciência, serenidade, bravura, dureza, teimosia, energia, publicidade. Porém, sou o quixotesco de Gustavo Capanema em Vazante. Dentre todas as qualidades do mineiro, ter fé, probidade, pobreza conformada, é também ser irônico e ter tato para mexer com as coisas. Não me falta isso porque sou um mineiro autêntico, como V. Ex^a. Chamo-o de amigo, retribuindo sua colocação. Estivemos juntos em várias paragens em busca de um projeto político.

No entanto, é preciso que as autoridades saibam definir algo interessante em Vazante: o que é jusante e o que é entorno da mina. Tudo o que se falou aqui que foi cumprido foi à jusante. Mas danos ambientais não ocorrem só abaixo, para aquelas pessoas que não sabem o que é jusante: jusante é abaixo; montante é acima do empreendimento. Tudo o que se fala, fala-se cruamente à jusante. Mas, e no entorno? Estou a 200 metros da boca da mina. Não tenho água para meu gado nem para eu beber; eu e muitos fazendeiros. Isso não é paixão não, gente. Isso é realidade. Os Srs. senadores que quiserem ir lá poderão comprovar isso. Agora, sou o Quixote, mas não se fala aqui...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Dom Quixote.

O SR. GILBERTO BATISTA DINIZ – Exatamente, D. Quixote, o célebre. Os trabalhadores que morreram em acidentes das minas, isso não se fala em nenhum lugar. Comprar casas para as viúvas é reparar dano ambiental? Nunca ouvi falar isso. E as sentenças transitadas em julgado? Elas não valem nada, a Justiça de nosso País não vale nada? Então, isso não é ser apaixonado não, não é ser passional. E o trabalho infantil no carvoejamento, que ela tem lá?

Quanto à desertificação, veja bem, no Município de Vazante há cerca de mais ou menos 24 mil hectares de terras férteis com Ph acima de 6, plantadas com mais de 70 milhões de pés de eucalipto, que servem à mineração. Isso é desertificação. Está comprovado em qualquer dos anais científicos. Agora, dentro da cidade evidentemente não pode haver falta de água, senão o povo não vai morar. Esse dado que o Presidente do Sindicato aqui trouxe se refere à prestação de serviço que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) é obrigada a ter, ela tem que trazer água de onde houver. Mas e nós, que estamos no entorno? Não estamos contestando dados, aqui, da companhia, a mineração é útil, é necessária, todos nós entendemos isso, não sou contra a mineração, absolutamente, não somos, os fazendeiros não são contra a mineração, pelo contrário, reconhecem esse valor. O que não reconhecemos é a maneira pífida, essa maneira cruel de tratar aquelas pessoas que não concordam com o que ela promove lá na cidade. As informações que o Deputado Antônio Andrade levou ao senhor são verdadeiras parcialmente, porque S. Ex^a também é interessado no assunto; não é vazantino, como sou, é patense; caso queira, o senhor pode constatar isso. Agora, estabelecido, isso eu gostaria de perguntar: meus poços artesanais e os de diversos lá secaram. Será que também é um processo natural? O córrego Barroquinha, o córrego Barrocão, a Lagoa do Sucuri, o Poço Verde, isso desapareceu. Quando Saint-Hilaire e Martius, que eram naturalistas,



respectivamente francês e austríaco, estiveram no Brasil em 1813, eles já disseram da Pedra Lumiadeira e desses sítios; eles desapareceram pela ação da mineradora. Isso não tem valor? Se não tiver, não tem razão de a gente estar discutindo isso aqui, porque, e as grutas?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Seu tempo acabou.

Muito bem.

Com a palavra o...

O SR. GILBERTO BATISTA DINIZ – Só um minutinho, Senador. Não quero vender minhas terras; quero que o pessoal do Grupo Votorantim saiba disso, porque o procedimento deles é: todas as pessoas que são contra eles vão lá e compram as terras. As minhas terras não estão à venda.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Vamos dar os 5 minutos a S. Ex^a, depois cedo-lhe a palavra, Senador.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra o Dr. Ricardo Barbosa dos Santos, representante da CMM Votorantim Metais, por cinco minutos.

O SR. RICARDO BARBOSA DOS SANTOS – A empresa foi acusada aqui de uma série de itens que a gente gostaria de esclarecer. Primeiro, tranquilizar as pessoas com relação à questão de contaminação: foi dito aqui que há contaminação de gado e tudo o mais; consideramos isso uma questão técnica, avaliamos e não há contaminação nenhuma e, até de certa forma, respeito a opinião do Sr. Gilberto, mas temos que levar em consideração que não devemos alertar a população para uma coisa que não existe. Então, não há problema nenhum em consumir a carne do gado ou o leite de Vazante, não há problema algum, tendo relacionamento com a Companhia Mineira de Metais.

Com relação à qualidade da água, também temos a tranquilidade de dizer que tanto as águas superficiais quanto as águas subterrâneas estão de acordo com os padrões da legislação em vigor atualmente no País, voltamos a afirmar. A gente observa que há uma certa emoção. Ocorreram duas mil dolinas na região de Vazante. Como é um número um tanto elevado, não há fundamentação técnica para que possamos discutir.

Quanto ao cogitado desastre econômico na cidade de Vazante, no entender da empresa, a cidade nunca esteve em um vigor econômico tão grande. Uma série de investimentos foi realizada nos últimos anos, o que trouxe evolução para o município.

Gostaríamos também de salientar no tocante à acusação de que a companhia elege Prefeitos, entendemos que a população de Vazante, assim como a população do Estado de Minas, é consciente e sabe eleger os seus representantes.

Com relação também a cerceamento da imprensa, acreditamos que é totalmente desprovido de base de dados e de provas que a empresa faça este tipo de ação no Município.



Gostaríamos também de salientar que a visita dos Srs. Senadores ao Município seria de extrema importância, pois é **in loco** que vamos verificar o que está acontecendo. Podemos dizer com tranquilidade que, no Município, as coisas estão ocorrendo normalmente.

O Sr. Gilberto Batista se intitula representante dos fazendeiros. Eu, particularmente, tenho muito contato com os proprietários vizinhos e, se a opinião é de todo o entorno, desconhecemos, porque todas as questões têm sido resolvidas de forma bastante satisfatória para ambos os lados. Então, desconhecemos que todos os fazendeiros de Vazante ou toda a comunidade esteja nessa situação contra a empresa.

Eu, particularmente, também tenho a minha família em Vazante. Minhas filhas nasceram na cidade e estou há praticamente vinte anos no Município. Casei com uma nativa de Vazante e posso dizer também que estou assentado na cidade, que me acolheu tão bem. Tenho um apreço muito grande pela comunidade de Vazante, que tem recebido os seus visitantes, os funcionários da empresa, muitos dos quais vêm de outros Municípios e são muito bem recebidos na cidade.

No tocante à desertificação, assunto que também tem sido muito abordado, a empresa tem monitoramentos suficientes que nos permitem dizer, com tranquilidade, que a desertificação não está acontecendo. É verdade que duas lagoas secaram - a Lagoa do Poço Verde e a Lagoa do Sucuri -, e a empresa antecipadamente ao licenciamento no início da década de 90 já previa e já relatava isso no seu relatório. Então, infelizmente, era um processo que tinha que acontecer. Não era possível rebaixar o lençol e tirar aquele minério sem secar essas duas lagoas, que tinham uma vazão pequena, e hoje essa vazão é suprida pela água do bombeamento que é encaminhada ao rio Santa Catarina.

Ressalto o convite da empresa para que os senhores membros da Comissão ou outros Srs. Senadores visitem Vazante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra o Senador Hélio Costa e, se assim o desejar, à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas agradeço a V. Ex^a pela paciência que teve comigo em toda esta audiência. Pedi a palavra mais uma vez não para contestar, mas evidentemente para me referir às ponderações feitas pelo meu querido amigo Gilberto Batista e também pelo Ricardo Barbosa. Agora sou eu que tenho um compromisso, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, juntamente com o ilustre Presidente, Senador Eduardo Suplicy.

Mas não poderia partir sem me referir a duas importantes observações feitas pelo Gilberto Batista. Em primeiro lugar, S. S^a se referiu ao caso dos trabalhadores que morreram lá na região. Então, sugiro que o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Edgar, e também o Gilberto Batista preparassem uma espécie de relatório para a nossa Comissão, sob a Presidência do ilustre Senador Ney Suassuna, sobre esses casos.

Aqui, Sr. Gilberto, a palavra do Senador tem fé pública e, evidentemente, que cada um dos senhores que compõem esta mesa, no instante em que estão em uma audiência pública, televisionados pela TV Senado, ela



também passa a ter fé pública. Trabalhadores morreram e queremos saber como eles morreram. É evidente que o Presidente do Sindicato pode ajudar a preparar esse relatório.

Em segundo lugar, o senhor se referiu a trabalho infantil. Essa é uma denúncia gravíssima e vou pedir que, juntamente com o senhor, quero a observação do Sr. Promotor Leandro Martinez que tem autoridade de agir em toda a região coberta pela bacia do rio São Francisco. Essa é uma questão que estou muitíssimo interessado em saber pois se existe trabalho infantil na região temos que saber e será outra audiência pública que teremos que fazer em outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A Comissão notificará o Ministério do Trabalho e endossa as duas colocações de V. Ex.^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente.

Finalmente, quero dizer que esqueci que o meu querido Antonio Andrade é patense, sim, é patureba, como se diz, mas lembrar ao amigo Gilberto Batista que “gato que nasce no forno não é biscoito”.

Ele nasceu em Patos, mas é de Vazante. Pelo seu trabalho, pela sua presença, pela sua vivência, pelos seus amigos, pelos votos que tem na cidade e na sua região.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Com a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tive a oportunidade de participar da primeira audiência e, às vezes, por estarmos em outros compromissos, mas queria concordar com as propostas de se apurar no sentido de se ter uma solução.

Não poderia deixar de fazer um reforço a um projeto que estamos discutindo aqui e que existe em nossa subcomissão para que possamos fazer uma outra legislação da Cefem que é a Compensação Financeira sobre a Extração Mineral.

Vejo de maneira diversa do Senador Eduardo Azeredo porque entendo que a Cefem não é para ser um fundo para ser utilizado ao final da exploração mineral e, sim, uma compensação para a utilização de um recurso que a natureza ali colocou, que a empresa não pagou, que é um bem público, é um bem da sociedade e é para compensar a exploração desse bem que é não-renovável, que pertence a toda a sociedade, que é explorado por alguém, normalmente, por uma empresa privada e que os impactos não são apenas ambientais e, sim, sócio-ambientais.

Quero dizer que um dos projetos que estão em discussão na Comissão de Assuntos Sociais teve pedido vista, mas é importante que aproveemos o nosso projeto. Quero, todavia, avisar a todos e aos representantes dos trabalhadores que existe um verdadeiro *lobby* das empresas mineradoras para a não-aprovação desse projeto e que podem derrubar o projeto na Comissão de Assuntos Sociais porque a nossa subcomissão irá fazer um substitutivo e que iremos defender os interesses da sociedade.

O que se paga de compensação financeira, de extração mineral e de *royalties* sobre o minério nesse País é absolutamente ínfimo – e digo isso porque sou do Estado que tem a maior província mineral do mundo, a ferrífera é de Minas Gerais – e as companhias do Estado do Pará recolhem de ICMS que é exportado e,



portanto, não pagam, de ISS, todos os impostos e de Cefem representam apenas 2% sobre o faturamento dessas empresas, o que se vê que é ínfimo o que a sociedade recebe pela extração de um bem que é de todo o povo brasileiro.

Quero reforçar esse fato e espero que possamos aprovar, diante das dezenas de audiências públicas realizadas tanto na Comissão como nas cidades, a fim de aperfeiçoar o projeto.

E digo a todos os interessados que, por enquanto, os empresários tiveram acesso aos senadores, colocando apenas a versão de que isso tornará a atividade inviável, o que não é verdade. Até porque os critérios, por exemplo, do meu projeto – e há dois – foram absolutamente técnicos e com parâmetros internacionais. Conheço o assunto porque fui obrigada a estudá-lo. Sou arquiteta de formação, funcionária do Banco do Brasil há 21 anos, mas fui obrigada, e com prazer, a estudar o assunto, a me assessorar de doutores no assunto, e peço o apoio dos senadores da Comissão de Assuntos Sociais a fim de que aprove o projeto que concede um pequeno aumento no percentual dos royalties a fim de que o povo possa ver compensada a exploração de um bem que é de toda a sociedade.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Ex^a já possui torcida.

Passo a palavra, para uma pequena comunicação, ao Sr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor-Geral Adjunto do DNPM.

O SR. JOÃO CEZAR DE FREITAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, Srs. Senadores, é com o maior interesse que o Departamento Nacional de Produção Mineral acompanha as questões vinculadas à Cefem. E gostaria de registrar nossa total disposição de trazer a esta Casa, por intermédio de V. Ex^a e de todos os senadores interessados no assunto, os dados relativos às questões da Cefem. As estatísticas relativas à produção mineral brasileira já estão no disquete fornecido à Senadora, por meio do sumário mineral e do balanço mineral. V. Ex^a poderá observar a necessidade de se abrir uma discussão com relação à Cefem que venha fazer com que esta cumpra seu papel, que é o de diversificar a economia local agora, enquanto faz a mineração, e a de colocar a sociedade a par do que é o patrimônio do subsolo a serviço dela.

Enfim, Senador, gostaria de registrar que quando fomos defender a criação da Cefem na Constituição Estadual de Minas Gerais, fomos enfáticos em audiências públicas, na época presididas pelo Deputado Estadual Delfim Ribeiro, em dizer que a Cefem é um mecanismo social e atual, um mecanismo que substitui o Imposto sobre Minerais, e deve ser utilizado inclusive em um fundo. Que possa ser um fundo onde os 23% do dinheiro do Estado seja aplicado na diversificação da economia dos Municípios.

Portanto, V. Ex^a pode contar com o DNPM na discussão do Cefem. E nós nos colocamos, Senador Ney Suassuna, completamente à disposição da Comissão no sentido de trazer todos os dados pertinentes necessários.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado.

Ao encerrar, concedo a palavra ao Sr. Edgar Nunes da Silva, Presidente do Sindicato, que deseja responder uma pergunta. Por favor.

O SR. EDGAR NUNES DA SILVA – O Senador Hélio Costa fez uma indagação com relação ao posicionamento do Sindicato no que se refere à



preocupação com os postos de trabalho em Vazante. Aos 24 anos de idade entrei para a direção do Sindicato, e desde aquela época é uma preocupação não apenas minha, mas de todos os meus companheiros de diretoria do Sindicato, com relação ao futuro de Vazante. Sabemos que os recursos minerais não são renováveis. E que quando a mina se exaurir, Vazante não recebe uma compensação econômica. Vazante até hoje só se preocupou com a exploração mineral. E desde então, do ano de 92, temos nos preocupado com essa questão, o despertamento de vocação econômica para o município, que não seja a exploração mineral. Para isso temos participado da Comissão Municipal de Emprego e Renda, buscando recursos governamentais para qualificação de pessoas na área do comércio e principalmente na área do turismo, porque Vazante tem um potencial turístico muito grande. Temos lá a gruta da Lapa Nova, a da Lapa Velha, nascentes de águas na região, no município de Vazante, belíssimas cachoeiras, é um potencial a ser explorado turisticamente e como vocação econômica para o município.

Essa é nossa sugestão, que haja por parte da empresa que lá está explorando a jazida, que cumpra e faça cumprir a legislação ambiental, para que a exploração, que naturalmente vai causar impacto, mas não queremos que haja a degradação do nosso meio ambiente.

Sugerimos também ao Poder Público municipal e até estadual o investimento na qualificação da mão-de-obra, políticas de treinamento desse pessoal para despertamento de novas vocações, porque não queremos após encerradas as atividades mineradoras termos que mudar de Vazante, procurar empregos, novos locais de colocação no mercado de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Encerrando a reunião, queria agradecer ao Dr. Gilberto Batista Diniz, fazendeiro de Vazante, ao Dr. Gustavo Martinelli, biólogo, pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ao Dr. Ricardo Barbosa dos Santos, representando a CMM Votorantin Metais, ao Dr. Leonardo Augusto Santos Melo e ao Dr. Carlos Henrique Martins Lima, Procuradores da República no município de Uberlândia, Minas Gerais, ao Dr. João Cezar de Freitas Pinheiro, Diretor-geral Adjunto do DNPM, representando aqui o Ministério das Minas e Energia, ao Sr. Leandro Martinez de Castro, Promotor de Justiça, coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa dos rios Paracatu e Urucuia, ao Sr. Edgar Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Mineral de Vazante, Minas Gerais, e ao Sr. José Osanan Alves de Queirós, Síndico da massa falida da Mineração Areiense S.A. – MASA, representado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.

Constituiremos a comissão de Senadores que irão lá, ouviremos os nomes que a Presidente da Subcomissão de Mineração vai nos enviar.

Consideramos assim, após nossos agradecimentos, encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 13 minutos.)